

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2022**

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se no Salão da Casa da Povo de Sande, de Freguesia de Sande, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 23.09.2022-----

ABERTURA -----

O **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.15 horas, tendo a mesa sido constituída pelo Presidente da Assembleia e pelo 2.º Secretário Carlos Manuel Almeida Loureiro, dada ausência da 1.ª Secretária Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes.-----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Domingos Manuel Pinto Nascimento, em substituição de Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões Britiande, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Figueira, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Lalim, em substituição do seu Presidente da parte da manhã, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, da parte da tarde, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'El Rei-----

AUSÊNCIAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Presidente de Lalim e Penajóia, na parte da manhã

1. ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.

2.. ASSUNTO: PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Assembleia** começou por dar algumas informações ou considerações iniciais.-----

Em primeiro lugar, relativamente à data desta sessão ordinária, pois esta seria a sessão de setembro, a título excecional, por vários constrangimentos de agenda do Município e da Mesa da Assembleia, até da própria agenda do Município de Lamego, resvalou para dia 3 de outubro. Não é uma boa prática, não uma prática que queira repetir, que a Mesa da Assembleia queira repetir, no entanto apela à benevolência da Assembleia quanto a este atraso de três dias relativamente a esta sessão da Assembleia Municipal de hoje. -----

Em segundo lugar, relativamente ao local da realização desta sessão, quer agradecer, penhoradamente, à Junta de Freguesia de Sande por receber aqui e hoje, na pessoa da senhora Presidente de Junta. O périplo das Assembleias descentralizadas é para manter, e portanto, renova uma vez mais, o seu agradecimento a todos os Presidentes de Juntas de Freguesias, que têm manifestado a sua intenção e a vontade de receber a Assembleia Municipal. Até ao final do mandato visitar-se todas as freguesias, é este o objetivo da Mesa da Assembleia, e por isso hoje e em particular aos serviços do Município que tornam isto possível, mas um cumprimento muito especial às pessoas de Sande que estão hoje a assistir à Assembleia Municipal, que recebem esta Assembleia na sua freguesia. -----

Uma terceira informação, prende-se com uma sessão da Assembleia Municipal extraordinária, que vai ser convocada para o mês de novembro, não se refere à Assembleia do orçamento, refere-se à Assembleia extraordinária que decorrerá antes do orçamento. E terá como objetivos, sobretudo duas coisas: primeiro que os membros da Assembleia possam fazer uma visita técnica a todos ou pelo menos à generalidade dos serviços do Município, para que se possa conhecer a realidade dos respetivos serviços, antes de ser votado o próprio orçamento, o mapa de pessoal, etc. Será uma sessão no terreno, e que terá esta dupla missão, missão por um lado, fazer-se esta visita técnica enquanto membros municipais, aos serviços do Município na sua generalidade, e em segundo lugar, à apresentação também do novo Portal da Assembleia Municipal. Um site autónomo do site do Município e da Câmara, que permita um arquivo digital próprio da Assembleia, que permita, sobretudo, que cada membro municipal também tenha o seu próprio correio electrónico e e-mail, para que possa fazer melhor o seu trabalho.-----

Informou que é algo que seja primeiro conversado em conferência de líderes, antes dessa sessão, mas fica já esta nota informativa, que em novembro haverá uma sessão extraordinária, para estes dois objetivos. -----

Interveio a **Presidente da Junta de Freguesia de Sande**, para começar por cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que assistem pelas redes sociais.---

Disse ser com enorme satisfação que a Junta de Freguesia de Sande acolhe esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, nesta freguesia, fá-lo de uma forma simples, generosa, característica dos sandinos, contribuindo assim, para o conceito de proximidade, entre todos e com todos.-----

Neste sentido aproveita para agradecer todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Município, na pessoa do Presidente da Câmara e dos Vereadores com esta freguesia. Trabalho que se caracteriza pelo conhecimento das necessidades da freguesia, receptividade às suas preocupações e agilidade para a resolução dos seus problemas. Muito ainda há para fazer e concretizar, dificuldades, desafios surgirão que ao longo do tempo, que terão que ser ultrapassadas, mas com a certeza que contará, sempre, com o empenho do Presidente da Câmara para as vencer.-----

Não pode terminar, sem agradecer ao ex-vereador Carlos Silva, por toda a consideração e trabalho por esta freguesia e desejar ao Eng.º Fábio Duarte o melhor sucesso no desempenho das suas novas funções.-----

A terminar disse que espera que todos se sintam bem e que são todos bem-vindos, desejando a todos um bom trabalho-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que também acompanha essa mensagem de agradecimento, endereçados ao ex- vereador Carlos Silva, pelo seu trabalho desenvolvido ao longo deste ano e endereça ao Eng.º Fábio Duarte as maiores felicidades no exercício das suas novas funções, que seja uma oportunidade de refrescar, com a sua vontade, com a sua energia, com a sua dinâmica no executivo. -----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas**, começando por cumprimentar todos os presentes e de uma forma estreita e efusiva a Presidente da Junta de Freguesia de Sande, que acolhe esta sessão, uma sessão em que se pretende torná-la mais participativa com os cidadãos.-----

Disse que não poderia iniciar a sua intervenção, sem primeiro felicitar o Eng.º Fábio Duarte, pois vê aqui entre os pelouros que lhe estão atribuídos, a ser verdade, que fica com os pelouros do ex-vereador Carlos Silva, de entre eles com a Divisão da Sustentabilidade. Por isso quer felicitá-lo, democraticamente, pelas novas funções, que vai exercer. E também desejar-lhe as maiores felicidades, porque, de facto, o Eng.º Fábio Duarte abraça hoje ou já abraçou, é talvez, nestes tempos o pelouro mais exigente, o da Sustentabilidade.-----

Como se sabe as cidades, não são apenas cidades, são autênticos ecossistemas, e, inclusivamente, há mesmo a agenda 20/30, cujo Odiasse 11, tem que ver, precisamente, com cidades sustentáveis, com as comunidades sustentáveis. Não parecendo, a seu ver, este é o maior desafio nos dias de hoje, que discorrem para qualquer cidade, para qualquer comunidade. E sendo o maior desafio é também o mais difícil, na medida que, quase sempre todos sacrificam o futuro, por um qualquer foguete luminoso no presente. À cerca dessa matéria, está muito preocupado com o

futuro, porque o presente, realmente, a continuar assim, não augura bons dias. Por isso, o vereador Fábio Duarte, realmente, apresta-se a um grande serviço desta comunidade e desta cidade. Por isso deseja-lhe as maiores felicidades, diz-lhe francamente, deseja-lhe as maiores felicidades democráticas, por esta questão. Porque sabe que o bem que fizer a esta cidade, não será só dele, será também de todos os lamecenses. -----

Deixa também uma palavra de agradecimento ao ex-vereador Carlos Silva, todos sabem que, quão grande foi a generosidade, entre as circunstâncias e a sua vontade, nalguns casos a hercúlea de querer resolver, de querer ajudar, sacrificando muito de si e da sua vida, para poder ajudar com a sua generosidade esta comunidade. -----

É assim que gosta de tratar os lamecenses, como comunidade. É de opinião que, mormente, a maior magnitude, maior eficiência, melhor brilho, de todos aqueles que sacrificam num determinado momento, para dar o seu melhor a esta comunidade, merecem sair pela porta grande, esta foi sempre a sua opinião. E portanto, até lamenta que hoje não esteja presente o ex-vereador Carlos Silva para se despedir desta Assembleia Municipal, era uma maneira digna de ele sair do executivo. Assim saiu de uma forma discreta, não diz incógnita, mas havia uma outra maneira de ele sair das suas funções. Portanto, a ele deixa-lhe um forte agradecimento, pois, mormente, todas as circunstâncias, que por vezes ficam no segredo da política, tem-se sempre que valorizar aqueles que dão de si, a sua generosidade para acomodar a comunidade. -----

De seguida, disse ao Presidente da Câmara, se pudesse, dar alguma informação, sobre a questão daquela estátua que estava nas escadas do Teatro Ribeiro Conceição e também sobre a questão da fonte do Espírito Santo. Obviamente que isso estará em volto de seguros.-----

Falando de uma outra questão, afirmou que os gostos não se discutem, pois em tempos, nesta Assembleia Municipal, teve uma acesa discussão com um Presidente, que por acaso, até era do partido Socialista, sobre uma questão de gosto pessoal. Desta vez, também, não consegue resistir, pois tendo vindo há dias de Vila Real, como vem muitas vezes, e tendo percebido toda a energética que há em Vila Real e toda a energética que há na Régua. Estas duas cidades pertencem ao território do Douro, valorizado pela humanidade, quando se passa a ponte, dá a impressão que esse território termina. Ou seja, é-se confrontado em Vila Real e na Régua com dois totenes, onde, realmente, aparece a marca Humanidade do Douro existe e passasse a ponte, encontra-se um castelinho. -----

Por certo, na ideia do viajante, este nosso território já não pertence a essa marca.-----

Depois se, se vier pela auto-estrada, encontrar-se uma imagem, que acha muito feliz, Nossa Senhora dos Remédios, Cidade Património, crê ele. A seguir, quando se entra na rotunda, lá se tem outra vez o mesmo castelo. Acha que, se deve ter uma estratégia firme para a imagem da cidade de Lamego. -----

Assim, como acha por exemplo, menos feliz a ideia, a imagem de marca de um Município, ser uma intuição laica ser o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Disse perceber um pouco a linguagem dessa comunicação, mas não haja dúvida que as coisas estão trocadas. Percebe que a Câmara queira utilizar o seu ex-libris, mas pensa que não deve ser o ex-libris da cidade de Lamego, eventualmente centrada na Nossa Senhora dos Remédios, não deve ser a marca da edilidade, a edilidade tem outros contornos. -----

Disse que consultou net, para procurar outras marcas de outras grandes/pequenas cidades, tentou encontrar em Lisboa o Cristo Rei e o Mosteiro dos Jerónimos e não encontrou. Foi ao Porto tentar encontrar a Torre dos Clérigos e nada. Foi a Braga, podia lá estar o Bom Jesus de Braga, Património da Humanidade e nada. Depois até foi a Fátima, podia lá estar o Santuário de Fátima em Ourém, nada. Depois ainda tentou Roma, podia ser que Roma tivesse uma qualquer igreja como marca da cidade, nada. Foi, até mesmo, ao Vaticano, podia ser a Basílica de São Pedro ou São João de Latrão, nada, são as armas, são as armas do Vaticano Costa. Crê que, quem seguir a lógica da simbologia na internet, está a pensar que a Câmara Municipal está no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Pensa que está toda a gente a sorrir e a pensar, que disparate. Não é, é mesmo um disparate. Pergunta se um qualquer japonês, no Japão, ou um que um qualquer chileno no Chile, não tenha essa ideia.-----

Disse que, não conhece a opinião das autoridades eclesiásticas sobre este assunto, nem da Real Irmandade, mas sinceramente, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, acha que é abusivo. Sabe, por exemplo que no site “sapo viagens” o Santuário aparece como atracção turística mais importante do distrito de Viseu, isso é verdade, mais isso, há que ter a tal dimensão que deve ter, não ser a marca do Município de Lamego. Afirmou que Lamego tem um brasão que está testado desde 1530 e que infelizmente, a seu ver, sofreu demasiadas alterações para ficar mais pobre, mas ainda assim, acha que, quem perde é o Município porque não tem uma imagem, está tudo confundido, é uma confusão muito grande, não se sabe bem o que é. Isto foi apenas um motivo de reflexão, não é uma crítica, é um motivo de reflexão.-----

Sente-se obrigado a fazer, porque uma vez mais, foi atacado por essa questão de perceber, ou melhor, colocar no papel do turista que vem e que passa a ponte da Régua, diz que o património da humanidade de Lamego não tem nada a ver com isso. Pensa que isto até são questões que são do interesse de Lamego.-----

Colocou ainda outra questão ao Presidente da Câmara que tem a ver com a questão ambiental que todos estão a atravessar, do qual já falou, quando saudou o Vereador Fábio Duarte, tem-se um plano de poupança de energia 2/23, também se sabe que há muitas das medidas que vêm para a Administração Local, assim perguntou o que é que a autarquia pensa fazer, se já uma ideia, se já uma discussão, se já um plano. Sabe-se que há muitas autarquias, tem-se lido sucessivamente, que há autarquias, como Santa Maria da Feira tem um projeto de viação pública de utilização de bicicletas

e trotinetes eléctricas. Viseu tem um plano para a redução de caudais de água, para serem incluídas na rega. O Município de Vagos vai por iluminação mais eficiente em edifícios públicos, com instalação de sistemas de autoconsumo alto voltagem. O Município de Famalicão também colocar essa mesma autonomia energética nas escolas do concelho. O Município de Macedo de Cavaleiros vai investir um milhão de euros em instalação de contadores de água inteligentes. Por certo o Presidente da Câmara verá muitas dessas coisas que se já têm em Lamego. Muito bem, fantástico. Mas, ainda assim, que Lamego tenha já muitas dessas coisas, que essas coisas estejam realmente pensadas.-----

Afirmou que o intuito da sua intervenção, não é fazer o ponto de situação do que há e do que falta, porque havendo o que há, ele congratula-se, e faltando o que falta, tal será colmatado, está convencido que o Executivo, Câmara Municipal de Lamego caminha no bom sentido.-----

Perguntou o que é que se passa, para ele que é o mais grave de tudo, não tem que ver com o Presidente da Câmara, que é o problema da água. O problema da água, como se sabe, não um problema deste ano, é um problema que vai ser daqui para a frente. Este é que é a ser ver, as dificuldades que todos vão enfrentar, provavelmente na próxima década ou nas duas próximas décadas. Todos sabem que têm que reduzir o consumo da água. É aqui que pede, talvez se isso for consentâneo com a estratégia, do Executivo, que se faça uma grande campanha, no sentido de aprender a usar a água. E essa campanha deveria ser feita pela Câmara Municipal, pelas Juntas de Freguesia e pelas escolas. Porque esta questão é uma questão de mentalidade. Ele por exemplo, na sua escola, tem muitas daquelas torneiras automáticas que estão, constantemente, a derramar água depois de dez minutos ter as mãos limpas.-----

Portanto, ele acha que, valeria a pena, seria um excelente investimento no futuro, fazer uma campanha muito séria, porque volta a dizer, isto é o que ouviu alguém dizer “ hoje chove, já pode gastar mais água”. É um erro, mas muita gente pensa e faz isso.- No fundo, disse que se tivesse que centrar a sua intervenção aqui, em algum assunto, seria nesta questão da água, acha que é primordial, e todos em casa, nas freguesias. Disse que há gente que tem posses próprias, para quem a questão da água não se coloca, mas todos, nos lugares públicos, nas próprias casas, há pequenos hábitos que se pode adquirir, para se preservar a água. -----

Por fim, quer felicitar o Presidente da Assembleia, porque, realmente, essa ideia de criar um site, onde esteja a informação desta Assembleia Municipal, é muito importante, sempre se bateu por isso. Hoje pode congratular-se, pois, finalmente, essa ideia parece que vai ter pés, parabéns ao Presidente da Assembleia, até porque a esse respeito, a Câmara Municipal não tem feito um grande serviço à Assembleia Municipal. Dando um exemplo, a respeito daquela votação da moção que se fez na sessão do dia 27 de junho de 2022, em que se pedia, realmente ao Ministério da Saúde que olhasse para o Heliporto de Lamego, isso foi noticiado e bem no site da

Câmara Municipal, dizendo que a Assembleia Municipal tinha deliberado e bem. No entanto faltou ali a recomendação que naquela sessão foi aprovada, por unanimidade, ao Executivo, podem dizer que foi uma distração, ele quer aceitar isso, dir-lhe-ão não foi por mal, ele quer aceitar isso. Dir-lhe-ão, mas a Câmara pode fazer a utilização que quiser do site da Assembleia Municipal, não, não se puser em nome da Assembleia Municipal. Sim se puser em nome do grupo municipal que sustenta a Câmara Municipal. Pois o direito democrático de todos e o respeito democrático pelas decisões desta Assembleia, daqui em diante estarão salvaguardados.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que, da falta da referência à recomendação que foi aprovada na sessão anterior, na notícia da site do Município, deve dizer que o gabinete de comunicação teve o cuidado de, antes colocar a noticia, de a enviar à Mesa da Assembleia, se houve aqui uma falha, não foi uma falha do gabinete de comunicação, foi uma falha de Mesa da Assembleia, retrata-se dela naturalmente. Ainda que o grande objetivo era dar ênfase ao problema, acompanhar, também, outros esforços que outros lamecenses têm feito noutros fóruns, de colocar este problema na ordem do dia. -----

Sabe, pode dar essa informação, que haverá já um parecer da ANAC e uma informação técnica que foi enviada e remetida ao parlamento, no sentido de avançar e resolver este problema, que estará por detalhes, assim que tenha algo mais formal, naturalmente dará, também formalmente, a devida conta aos membros da Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra o membro **Domingos Nascimento** para cumprimentar todos os presentes e as pessoas que assistem a esta sessão através das redes sociais, na qualidade de cidadãos, porque é essa a qualidade maior que os faz estar aqui hoje. Um cumprimento especial à Presidente da Junta de Freguesia de Sande.-----

Disse que, independentemente, do número de vezes que aqui virá, é sempre uma honra e é, naturalmente, uma honra servir Lamego, também é a sua terra.-----

Disse que neste período antes da ordem do dia, tem aqui alguns apontamentos a referir. -----

Começa pelas festas de Nossa Senhora dos Remédios, aproveitando para felicitar o Executivo pela forma serena e organizada como as promoveu. E aproveitava para realçar aquilo que é obvio para todos, que as festas dos Remédios são, claramente, o grande evento desta cidade, desta região. As festas dos Remédios de ontem todos as conhecem, já foram vividas, desde que nascemos, mas é importante que se consiga pensar nas festas dos Remédios de amanhã. -----

Disse que há aqui pessoas na sala que conhecem qual é a visão que ele tem para as festas dos Remédios, acha que elas devem ser um conceito, não se deve resumir aos eventos que se conhecem, mas que deve integrar todos os eventos realizados na cidade a partir do mês de julho, por forma a aproveitar a dinâmica comunicacional e de promoção de marketing territorial que as festas dos Remédios sempre trazem. A

marca Lamego, para ele, é das maiores marcas do país, e as festas dos Remédios são, claramente, a grande marca de Lamego e que associa a Lamego. -----

Aproveitou a oportunidade também para felicitar o Município, pelo facto, de usar o ícone mais importante da cidade, como a sua imagem cooperativa, na medida em que as instituições e nos casos concretos os municípios devem também comunicar com a alma, com aquilo que é determinante para as pessoas, para todos os cidadãos desta comunidade. E a nossa alma está, claramente, associada aos Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.-----

Continuando ainda a falar do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, todos sabem que tem havido alguns problemas na manutenção do Santuário, não por falta de cuidado, mas porque, infelizmente, tem havido alguma atuação menos adequada de algumas pessoas, naturalmente. Mas chamaria a atenção para o grande património biológico que o parque de Nossa Senhora dos Remédios constitui. Acha que todos devem estar atentos e procurar-se tudo para arranjar as melhores soluções para manter aquele património biológico, que quão é importante para todos e que é uma identidade muito forte. Preservando e reabilitando.-----

Deixa aqui outra nota, de chamada de atenção, para uma nova realidade no que diz respeito à organização da saúde. Está-se confrontado com uma nova realidade na forma de organização do Serviço Nacional de Saúde, e isto constitui, obviamente, uma oportunidade, mas também deve manter-nos atentos quanto aos agrupamentos de centros de saúde, que tem sede em Lamego. Disse que em 2012 se recorda, que o atual Presidente da Câmara conseguiu manter, mesmo sendo um dos mais pequenos do país, manter esta instituição. Alerta para a necessidade, eventualmente, todos se unirem, independentemente, da força partidária que se representa, para manter uma estrutura que, infelizmente, está desajustada e que tem muitas fragilidades, tem-se que, rapidamente, de colmatar. -----

Para concluir, um último assunto, que tem a ver com o turismo, que segundo a sua opinião deve contribuir, para a sustentabilidade humana e social no futuro. O turismo usa e tem impactos, que não são inócuos. -----

A Organização Mundial do Turismo procura que o turismo contribua para cada um dos dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável, e procura identificar o que cada um, o que é o turismo pode fazer num desses dezassete objetivos. Diz também que o potencial único para proteger o património cultural e natural, e apoiar as comunidades económicas e socialmente.-----

O turismo no Douro é muito expressivo, felizmente, todos o sabem, mas exclui uma parte significativa das pessoas. Há pessoas que não têm qualquer vantagem pela existência da dinâmica turística, obviamente o emprego que é criado, tudo isso, acha que está implícito e todos reconhecem isso. Disse que o turismo serve-se disso, das nossas terras, dos nossos rios e dos monumentos. O turismo tem que pagar, de alguma forma, aquilo que as pessoas do Douro conseguem criar para que o turismo

tenha a força que tem. O património da Humanidade são, fundamentalmente, as pessoas.-----

Por isso o turismo deve contribuir para a humanização do território. O grande problema desta região, o mais desamparo humano, por força da desertificação. O Douro pode ser exemplo, criando unidades amparadas, com cuidados junto das pessoas, ou seja, criando uma estrutura de cuidadores comunitários. Ou seja uma função profissional, que deve no século XXI ser a mais relevante para se manterem vivas as nossas aldeias. O turismo deve financiar esta inovadora resposta social. -----

Por isso aquilo que acha que se deve continuar a discutir, é a aplicação da taxa turística, já existe em alguns municípios do país, e nesta grande cidade, porque é assim que vê o Douro, o turismo deve ser uma fonte de receita para a humanização do território.-----

Aquilo que propõe é que se consiga começar a discutir este assunto e que uma taxa turística de 2 euros, possa vir a ser gerida depois, de obviamente as tomadas de decisões adequadas e pelos órgãos adequados, seja gerida pela Comunidade Intermunicipal, de uma forma equitativa, para que tenha peso aceitável, que não seja algo sem importância.-----

Está-se a falar de sustentabilidade ambiental e a paisagem. É isso que as instituições do turismo têm preconizado. Perguntou então as pessoas? Quem cuida delas? Por isso a taxa turística do Douro, para ele, é uma taxa de humanização. De que valores se estão a falar? Está-se a falar de quinhentas mil dormidas, aproximadamente, estar-se-ia a falar de uma receita de um milhão de euros por ano. Que seria, naturalmente, gerida pela Comunidade Intermunicipal. Esta decisão tinha que ser tomada, obviamente, por todos os municípios, em simultâneo ou desejavelmente dessa maneira, e, naturalmente, teria um peso significativo se assim fosse.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos** para cumprimentar todos os presentes e deixar uma palavra de apreço ao ex-Vereador Carlos Silva, pelo modo como exerceu as suas funções. -----

Felicitar também a Presidente da Junta de Freguesia de Sande, de modo como recebeu esta sessão descentralizada da Assembleia Municipal, e ainda o Vereador Fábio Duarte, desejando-lhe as maiores venturas pelas suas novas funções.-----

Afirmou como diz o adágio popular que os homens não se medem aos palmos e, numa adaptação livre, pode dizer-se que os livros não se medem pelo número de páginas. Isto bem a propósito, devido à forma como a bancada da maioria, que suporta este executivo, participou nos debates e apresentou propostas em defesa dos interesses lamecenses. A maioria dos membros eleitos pelas listas do PSD, entraram e saíram sem pronunciarem uma palavra, nem um monossílabo. Deputados com essa qualidade não são valor acrescentado e não prestigiam a democracia.-----

Talvez as férias tenham servido para analisarem as suas não intervenções e, ao mesmo tempo, equacionarem a sua postura, permitindo ao Sr. Presidente da

Assembleia não perder tempo para repor o ambiente digno e nobre que deve nortear os trabalhos desta Assembleia Municipal.-----

Se se privilegiar a massa crítica, estimular-se-á o executivo municipal a apresentar obra, obra que perspetive Lamego, pois estamos cansados de obras faraónicas; sabemos quando começam, mas não sabemos quando e como acabam.-----

No ano transato, apresentamos propostas que beneficiariam os Lamecenses, pois abrangiam várias áreas: saúde pública, segurança rodoviária, educação, património e propusemos cortes nas despesas de representação e redução da frota automóvel das várias instituições municipais. São automóveis a mais e a crise energética mundial obriga-nos a racionar consumos e o exemplo vem de cima.-----

Considera que Lamego perdeu um ano, muita palavra e zero ações. Foi uma invernada que enregelou os cérebros do executivo e da maioria que o suporta. Acordem, para Bem de Lamego.-----

O partido Chega e ele, estão disponíveis, mais uma vez, a colaborar com esta Assembleia e com o executivo camarário, se houver grandeza intelectual e vivência democrática de quem assumiu a responsabilidade de defender os interesses dos lamecenses. Aproveita este momento para dizer ao 2º secretário da mesa que não lhe reconhece competência para lhe dar lições de democracia. Em 1974-75 defendeu a democracia contra a tentativa autoritária e antidemocrática dos partidos de esquerda e de extrema-esquerda. A era gonçalvista não está esquecida. Defendeu com as armas portuguesas a liberdade para que o 2º secretário da mesa, hoje, seja eleitor e eleito. A democracia vive-se, não precisam de deputados que digam sim, porque necessitam de proteger as suas aspirações.-----

Porque pensa pela sua cabeça, sugiro ao executivo que defenda o património. Ficou atónito ao ver lamecenses a colocarem os pés em cima dos suportes das cadeiras do pavilhão multiusos, durante o Torneio de Voleibol. Mais, tendo em conta as contrapartidas concedidas pelo executivo camarário anterior ao Santuário dos Remédios – quem cala consente – o arvoredos, antigo pulmão da cidade, está em estado deplorável. Mais, diz o povo que o pintor se vê pela sua obra. Mas, a borrada deixada numa das paredes do Teatro Ribeiro Conceição e a colocação duma placa no mesmo edifício, de responsabilidade camarária, são atentados à cultura lamecense. Questiona o responsável pelo pelouro se tomou algumas providências na preservação do património desta cidade. Só não vê, quem não quer ver. Dedicção e competência exigem-se.-----

Mais uma vez, aconselha o executivo camarário a ser mais diligente e entregar, com antecedência, aos deputados os documentos que vão ser apreciados e votados. Facultar os documentos três dias antes da assembleia tem uma leitura: vota sem analisares. Interrogo-me se o silêncio é o maior valor da democracia participativa? ----

Por fim, quero parabenizar o modo como o vereador José Pinto organizou as nossas festas. Não admira, pois, um Lamecense bem-intencionado deixa obra. Bem-haja.-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que, relativamente à disponibilização dos documentos, estes foram disponibilizados, na sua generalidade, na segunda e terça-feira da semana passada.-----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins** para perguntar ao Presidente da Câmara, quais são as respostas que o Município pede e poderá vir a ter para apoiar as famílias e os trabalhadores, de forma a complementar o pacote de medidas anunciado pelo Governo, que se arrisca a dizer que é insuficiente, nesta altura de grave crise financeira.-----

A segunda questão, prende-se saber junto do Presidente da Câmara, a previsão para a instalação do ramal de água em Souto Covo, bem como o seu saneamento básico.--

Um pedido e um requerimento que foi enviado à Câmara e que pensa que ainda não terá tido a resposta própria, desde que foi procurado junto do grupo municipal da CDU, que fosse colocado esta pergunta ao Presidente da Câmara. -----

Interveio o **Presidente da Câmara**, para começar por cumprimentar todos os presentes, um cumprimento muito especial à Presidente da Junta de Freguesia de Sande, ao seu Executivo, aos membros da Assembleia de Freguesia, muito especialmente, ao Dr. José Ribeiro Vaz que já foi membro da Assembleia Municipal, uma pessoa muito ativa politicamente neste Município, durante muitos anos. A sua participação, a sua presença nesta Assembleia, em representação da Assembleia de Freguesia de sande orgulha-o muito. -----

Disse que a Câmara Municipal quer também felicitar, mais uma vez, a Assembleia Municipal pela descentralização das suas sessões. Acha que é uma mais-valia para todos, poder-se vir ao terreno, poder-se estar com as pessoas, pena que não haja uma participação mais alargada da população. Mas, efetivamente, compreende-se, porque é um dia de semana, as pessoas estarão nas suas vidas normais, com dificuldade em tirar o tempo necessário, para acompanhar a Assembleia, mas seriam muito bem-vindas.-----

Quer-se associar às palavras que aqui foram ditas, de reconhecimento pelo trabalho realizado pelo ex-vereador Carlos Silva, enquanto vereador da Câmara Municipal de Lamego, neste primeiro ano de mandato. Disse que saiu por razões pessoais, quer, pessoalmente, deixar-lhe um reconhecimento muito grande. O Carlos Silva é um amigo, é uma pessoa que gosta de política, exerceu funções de Presidente de Junta, membro da Assembleia Municipal e de vereador. É uma pessoa extremamente próxima e popular, e a sua participação política teve essa marca que é reconhecida por todos.-----

Por outro lado, quer desejar as maiores felicidades ao Eng.º Fábio Duarte nas suas novas funções de vereador e tem aqui o seu primeiro ato público, enquanto vereador.

É uma pessoa com formação em engenharia do ambiente, vai como aqui já foi referido pelo membro Paulo Barradas, ser responsável, pela Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos, espera, tem a certeza que colocará todos os seus conhecimentos ao serviço do Município e dos pelouros que lhe estão atribuídos. E tem a certeza também, que exercerá pessoal, profissionalmente e politicamente no desempenho destas exigentes funções. -----

Respondendo às questões que foram colocadas pelos membros municipais, em relação ao membro Paulo Barradas, algumas informações muito rápidas e simples.-----

Em relação à estátua Ribeiro Conceição, já foi, de facto, feita a indemnização pelo seguro, está em processo de adjudicação a reparação da estátua, não é um processo simples, não foi fácil encontrar uma empresa que assumisse a responsabilidade de recuperar uma obra de arte, sobretudo tendo em conta os danos que ocorreram, que foram, essencialmente, no rosto, uma área sensível da estátua. Espera, brevemente, ter essa adjudicação feita. -----

No que concerne à Fonte do espírito Santo informou que está adjudicado, tem sido nesta como noutras obras difícil, que os empreiteiros iniciem os trabalhos, por falta de recursos diversos, principalmente de mão-de-obra, pontualmente também de materiais. Portanto, está adjudicada essa reparação, também já foi indemnizada pelo seguro, espera que até ao final deste mês, os trabalhos sejam executados ou pelo menos iniciados.-----

Quanto à identificação do Douro Património Mundial no Concelho de Lamego, disse que, efetivamente, aquele projeto do Turismo do Douro, ainda foi do Turismo do Douro e da Estrutura de Missão do Douro de implementar um totem em cada um dos concelhos, que têm área classificada como Património da Humanidade, não foi feito em Lamego, porque na altura em que se fez a adjudicação, a empresa que fornece os tótem s já não tinha condições para o fornecer a tempo de terminar a candidatura. O sítio que estava pensado para, efetivamente, a rotunda, na entrada a seguir à ponte onde está o castelo pequenino. Lembrou que esse castelo foi a marca utilizada pelo anterior Executivo, bem como pelos anteriores Executivos socialistas, como marca identificativa do Concelho. Aliás o castelo está, junto à rotunda da A24, decorreu de uma candidatura, feita na altura, para Beira Douro, para que, cada um dos municípios indicasse o monumento que queria materializar como sendo representativo do concelho, Resende fez uma cereja, Armamar fez uma maçã, Lamego fez um castelo, que já foi feito e materializado no seu primeiro mandato.-----

Já no que concerne à identificação no Município, e o Município continua a ter o seu brasão de armas e vai continuar a utilizá-lo como símbolo, e vai continua-lo em todos os documentos institucionais. Não nos documentos correntes no dia-a-dia, em que se optou, quer nos seus mandatos anteriores, quer agora, utilizar esse ícone da cidade e do Concelho de Lamego, que é a igreja e o escadório de Nossa Senhora dos Remédios.-----

Disse não saber que sites o membro Paulo Barradas fez consulta, mas uma consulta aos locais que aqui referiu, nomeadamente a Braga, o símbolo é o Arco da Porta Nova; em Lisboa são os Corgos de São Vicente e a Caravela; em Ourém é o Castelo de Ourém e a Basílica. E, portanto, acaba-se por estar, exatamente, na mesma linha de pensamento, de trazer para imagem identificativa deste Município, aquilo que são, efetivamente, os monumentos e no caso o monumento mais icónico deste Concelho de Lamego.-----

Relativamente ao ambiente e à poupança de energia prevista para 2023, disse que, por momentos pensou que o membro Paulo Barradas, em representação do grupo municipal do Partido Socialista vai pedir para desligar a iluminação pública das duas às cinco horas da manhã, reforça que estava mesmo á espera que fosse essa a medida de eficiência energética que iam aqui propor. Depois de ter sido tão contestada pelo Partido Socialista nos duros tempos da troika, quando o Eng.º José Sócrates decidiu subir o Iva da electricidade de 6% para 23% e decidiu submeter todo o país a um esforço financeiro e anímico brutal, ao conduzir o país à bancarrota e chamar a troika. Pede ao partido Socialista para ser muito consciente nas propostas que aqui trás, em termos de eficiência energética ou mesmo em termos de consumo de água.-----

Lembrou o ano de 2005, o ultimo verão, dos executivos socialistas que o antecederam para o primeiro mandato, e que aconteceu à cidade de Lamego, uma cidade completamente à sede, a ser abastecida de autotanques, a partir do Rio Douro.-----

Afirmou que esta imagem não se vai repetir, isto não quer dizer que não se tenha de fazer um uso racional da água, tem que se fazer. A água é um recurso importantíssimo e tem que ser feito um uso eficiente e racional do mesmo, mas, obviamente sem ter essa pressão sobre os cidadãos, de não poderem consumir a água que necessitam e ter que a racionar, para além daquilo que é necessário. Existe em Lamego água em abundância, não sabe qual é neste momento a percentagem de armazenamento da Barragem de Pretarouca, que rondará os 70%, portanto, não existe este problema.-----

Há, contudo, outros problemas, tem-se o problema, por exemplo, das perdas de água das redes públicas, que eram de 40% em 2017, e passar para 55% em 2021, e portanto, tem-se aqui um retrocesso que tem que ser corrigido. Tem-se, efetivamente, que implementar outras medidas de eficiência energética, nomeadamente, compaginando a redução de consumo, com a produção. O autoconsumo e isso estão previstos, embora também esteja a ser difícil encontrar soluções de mercado de, em tempo, porque toda a gente, nomeadamente, empresas e instituições públicas estão a recorrer a estas medidas, e há, efetivamente, poucos recursos para as levar a efeito.

Outras que o membro Paulo Barradas referiu, nomeadamente o uso de bicicletas eléctricas e outras, são pouco adequadas à orografia desta cidade, mas tem aqui um membro municipal, sabe que utiliza agora uma bicicleta eléctrica, ele poderá aqui discorrer sobre as vantagens desse meio de transporte.-----

No que concerne ao site da Assembleia Municipal, recorda que, a Assembleia Municipal tem acesso a uma plataforma que é idêntica a que é utilizada para as reuniões de Câmara. Onde estão arquivados, não apenas a agenda e toda a documentação dos pontos que vêm a discussão, como, posteriormente, as atas que são aprovadas. E assim, esse repositório é uma base que, obviamente, reconhece que a Assembleia Municipal pode melhorar. -----

No que respeita ao Heliporto, e como o Presidente da Assembleia já aqui referiu, a ANAC já deu mais um parecer, está, neste momento, a ser respondido pelo Centro Hospitalar, e que se forem aprovados o conjunto de obras e alterações que são necessárias, permitirá que, muito brevemente, Heliporto seja licenciado e venha a ser utilizado.-----

Já em relação à resposta que foi dada no site do Município, o membro Paulo Barradas conhece o Presidente da Câmara há muitos anos, conhecem-se bem. Quando o gabinete de comunicação da Câmara lhe trouxe a nota à imprensa, nem sequer a leu, pediu para ser remetida ao Presidente da Assembleia, para ser apreciada pela Mesa, por ser, efetivamente, uma notícia que dava conta de uma decisão, de uma deliberação tomada nesta Assembleia.-----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Domingos Nascimento, estão, genericamente, de acordo, no que concerne ao conceito de festas dos Remédios, que se deve pensar para o futuro.-----

Não estão tanto de acordo, relativamente às questões que aqui referiu em relação à sustentabilidade do turismo, e, nomeadamente em relação à taxa turística, onde é avesso à taxa turística. Tem-se um caminho muito grande a fazer, antes de se chegar a um ponto de estabilidade, da capacidade deste Município captar turistas, para se poder imputar taxas em valores que se reflectam positivamente do orçamento do Município, que possam ser reafectadas, quer às atividades que potenciam o turismo e que mereçam ser apoiadas, quer em relação às atividades que não beneficiando do turismo possam ser, negativamente, afectadas e por isso compensadas.-----

No que diz respeito ao Santuário dos Remédios, estão a fazer contactos, quer com a Irmandade, quer com a Diocese e sobretudo o pelouro do turismo religioso, no sentido de iniciar um processo que conduza a uma reabilitação global do Santuário e da mata, e, efetivamente, a um novo conceito de Santuário, que possa ser mais fruído, quer pela população, quer por quem o visita.-----

O Santuário é extremamente visita, mas todos têm a noção de que, excluindo a zona do Santuário, e o escadório, todo o espaço envolvente, não tem uma articulação boa com a cidade, já não é utilizado como era no passado, em que por exemplo, a carreira central, a carreira das Tílias, era um palco de pequenos eventos ou grandes eventos, e de uma vida quotidiana, nomeadamente ao fim de semana, que a população de Lamego ali encontrava. Essa ligação já não existe, tem que ser criada. -----

Em todo o caso, recorda, os seus executivos fizeram no Santuário o que nunca tinha sido feito. Fez-se a limpeza da mata. No início do seu primeiro mandado, com a eliminação dos espécimes dos agentes abióticos, que infestam a mata, fez-se a requalificação do escadório, fez-se a nova iluminação pública, fez-se uma drenagem das águas pluviais integral, um novo sistema de águas pluviais, que era fundamental. Todos se devem recordar que, quando chovia muito, a água da mata galgava a estrada nacional 2 d caia na Avenida Dom Jacinto Botelho, por baixo das piscinas. Essa situação foi eliminada.-----

Apoiou-se a Irmandade numa negociação geral do Santuário, nomeadamente com a construção de novos parques de estacionamento, e de novos parques de merenda, beneficiando de uma forma geral a parte mais utilizada do Santuário, na envolvente à igreja, na estrada de acesso à cidade. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Samuel Martins, as respostas que o executivo vai dar às famílias e aos cidadãos, integram-se naquilo que é a política de apoio social, do Município às atividades, e dentro daquilo que são as competências do Município, em matéria de ação social, como se sabe são nenhuma. Essa é uma área da exclusiva responsabilidade da Administração Central, e portanto, tudo aquilo que o Município já desenvolve e vai continuar a desenvolver, é por sua iniciativa, é por, obviamente, resposta aquilo que são as necessidades visíveis, dos apelos que chegam, por parte dos cidadãos e de diversas instituições.-----

Quanto ao ramal de água em Souto Covo, pois trata-se de um ramal privado, para abastecer uma habitação, que já teve o respetivo orçamento por parte da Câmara Municipal. Portanto se o cidadão ou cidadã em causa, quiser fazer a sua execução das condições que lhe foram propostas, poderá fazê-lo, não o sendo, será encontrada uma solução, não lhe parece que seja caso para discutir na Assembleia Municipal, quando se tem ainda uma boa parte deste território, em cerca de 10% das famílias deste Concelho, não estão servidas com água e saneamento, nomeadamente na freguesia da Penajóia.-----

Vai-se aproveitar, obviamente, o próximo quadro comunitário para ser dada a resposta a estas questões mais abrangentes, e as situações particulares, quer de uma situação particular se trate, serão resolvidas de forma célere quanto possível, quando for possível de forma célere, tenha que haver a colaboração do cidadão, nomeadamente, pagando as contrapartidas que estão previstas no regulamento, isso terá que acontecer. -----

Ainda em relação à água, pegando numa questão que o membro Paulo Barradas também referiu, que é o facto de ainda haver muitos cidadãos que são auto-suficientes, em termos de água, porque têm poços, minas, furos artesanais. Quer dizer que este Verão, foi um Verão excessivamente seco, muitas dessas captações colapsarem, muita gente, normalmente, que têm água, deixou de a ter. O que demonstra bem, a importância de se ter redes universais, que sirvam todos os

cidadãos e dos cidadãos terem também essa ligação, que representa um custo mensal. Mas é um custo que tem que ser pago por todos e não apenas por aqueles que a usam todos os dias e, depois quem só precisa no mês de agosto, ligar-se no mês de agosto, beber água no mês de agosto.-----

Disse pensar que não faltou água a ninguém, inclusivé, tivesse necessidade, algumas instalações industriais e até hoteleiras de fazer o reforço do abastecimento através de autotanques, como se fez também em dois sítios, nomeadamente, em Parada do Bispo, mas tudo foi feito para que, nessas situações pontuais de falha de água houvesse uma resposta eficiente dos serviços. E para quem está servido por rede em condições normais, não há, felizmente, escassez de água no Concelho de Lamego, ainda que se tenha de a poupar e gerir de forma racional e eficiente.-----

Usou da palavra o membro **Ana Branca Carvalho** para cumprimentar todos os presentes. Dar também as boas vinda ao vereador Fábio Duarte, no inicio das suas funções, neste período tão conturbado, em termos de ambiente e de sustentabilidade, fará o seu melhor em prol do interesse público e do bem comum. -----

Afirmou que vai dizer palavras que são um chavão, “território” “pessoas” “estratégias” “políticas e gestão pública” mais “agentes económicos”. É um dos principais ou é uma das principais competências de toda esta Assembleia Municipal, zelar pelo bem público, pelo bem comum e verificar o compromisso que se tem com as gentes, as pessoas, o território, e de facto as políticas publicas.-----

Disse que, hoje vem congratular-se com alguma coisa que o nosso território passou a ter, desde este novo ano, vai chamar novo ano letivo, já podem ver aquilo que vai versar.-----

2022/2023, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, agradece o esforço que a autarquia está a fazer, mas pela primeira vez, este mas é no sentido de felizmente, dizendo que este felizmente, se compactua com também dizer, que aquilo que foi feito, já não é suficiente. O impacto na cidade de Lamego e em toda a região associada à Cim Douro, e mesmo a todo o país, é enorme. Todos aqueles que com a Escola vêm fazer a sua formação qualificada, já não se coaduna com aquilo que se tem em termos de instalações-----

Assim justifica, que tiveram durante duas décadas, durante vinte anos um trabalho de excelência, mesmo que muitas vezes invisível, quer a nível nacional, internacional, mas sobretudo local. Atingiu-se este ano, três dígitos, 282 alunos, mais de 50% relativamente a outras instituições de Ensino Superior, numa primeira fase. Nesta segunda fase foram mais 73 alunos. Quer dizer que este ano entram em Lamego, com inscrições validadas 355 alunos.-----

Falta ainda a terceira fase. Pese embora ser um instituto, que é o Instituto Politécnico de Viseu e uma Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, a terceira fase tem sempre muita apetência, relativamente às nossas formações.-----

Apoiam-se os alunos nas três fases formativas, CTeSP's, licenciaturas, e mestrados. Criou-se com empresas tecnológicas várias parcerias. A título de exemplo, Deloitte e Softinsa, outras não pode citar, porque não está para isso autorizada, já que os protocolos não foram realizados.-----

Quer dizer que em três, no máximo de três anos, ter-se-á mais 150 de postos de trabalho qualificados em Lamego. Trabalhou-se também o transfronteiriço: Ourense, Vigo Valhadolid, Salamanca, Madrid. Referiu os alunos que se estão na Expo Ourense, e têm uma manifestação de excelência relativamente ao seu trabalho, Galisénior, Fitur, BTL. Já que falámos tanto em turismo.-----

Mas também no Brasil, no Chile, na Colômbia, Cabo Verde, na Guiné, na Turquia, na Inglaterra e na Espanha, a mobilidade existe, e tem-se alunos internacionais em mobilidade, que querem vir para Lamego. -----

Sem dúvida que, aquilo que se está a falar, é de interesse público, os protocolos com a instituição, quer protocolos de empresas públicas ou instituições públicas e empresas privadas, resultam de todo um trabalho, todo ele manifestado ao longo destes últimos vinte anos. -----

Mas, há sempre um “mas”, nesta conjuntura de vida, este “mas” prende-se com: os alunos precisam de residências, alojamentos. Já há muitos anos que se pedem residências, precisa-se de ter um espaço condigno para tornar a Escola de Gestão e Tecnologia um centro tecnológico com mais atratividade. Sabe que foi feito um protocolo em termos de residências, mas precisa-se desse apoio a título de urgência, para não defraudar os alunos, que com a escola querem fazer a sua formação bem qualificada, e não defraudar também os agentes económicos que agradecem que este trabalho tenha sido feito. É necessário para Lamego, para criar riqueza e criar aquilo que tanto se propala. “Sustentabilidade”.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara precisa-se de acreditar que se está na mesma senda institucional.-----

Finaliza, com um poema de Eugénio de Andrade, que começa “é urgente o amor”, mas que termina com uma estrofe “É urgente permanecer”.-----

Usou da palavra o membro **Rosa Moutinho** para dizer que no passado dia 27 de setembro, o vereador Carlos Fernandes Silva, como é do conhecimento geral, pediu a sua demissão, por razões de ordem pessoal e profissional, Neste anos de mandato, é unanime, o seu empenho e a sua dedicação à causa pública, sendo uma pessoa próxima dos munícipes, sempre pronto a dar uma palavra de conforto e de ânimo a quem ele se dirigia. Todos se habituaram a vê-lo na rua, a solucionar problemas, a motivar aqueles que, com ele trabalhavam e a crer fazer sempre mais. -----

O grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, deixa-lhe os maiores sucessos pessoais e profissionais, agradecendo-lhe o seu trabalho e esforço em prol dos lamecenses e do bem comum. Deixou um Obrigado a Carlos Lúcio-----

Em sequencia disto, também quer aproveitar o momento para desejar ao Eng.º Fábio Duarte, que irá substituir e exercer as funções do ex-vereador Carlos Silva, o maior sucesso no seu cargo. Tem a certeza que o vereador Fábio Duarte estará à altura do desafio que se lhe apresenta. É jovem, é dinâmico e conhecedor dos problemas e necessidades dos munícipes e do seu pelouro. Está convicta, que em prol de todos os lamecenses poderá contar com a colaboração do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”. Os maiores sucessos ao vereador Fábio Duarte. -----

De seguida colocou uma questão ao Presidente da Câmara, pois no seu discurso de tomada de posse, em 15 de outubro de 2021, o atual Presidente da Câmara de Lamego anunciou a realização de uma auditoria externa, por entidade independente e credível, com caráter financeiro e procedimental à ação do Executivo municipal cessante. Pergunta ao Presidente da Câmara se essa auditoria já foi realizada, quem a realizou, e se já é conhecido o relatório, quais as principais conclusões.-----

Interveio o membro **Carlos Loureiro**, para dizer que não vai falar do ex-vereador Carlos Siva, porque já foi tudo dito pelos intervenientes que lhe sucederam. É transversal a todas a todos os grupos municipais, por isso o seu obrigado. -----

Por outro lado não podia de deixar de vir aqui mostrar o seu orgulho, por ser um lazarinense a substituí-lo, como é o Fábio Duarte, o jovem que o viu nascer, cresceu inteligente, educado, criado, sempre, numa família muito respeitosa em Lazarim, ele merece. Vai ser um excelente vereador, é uma pessoa simples, é próxima das pessoas, aquilo que identifica e tem que identificar os novos políticos, que é a aproximação às pessoas, vai ser um orgulho do executivo, está numa equipa maravilhosa, vereadores que o vão ajudar, que no fim destes três anos, o seu trabalho vai ser excelente.-----

Deixou também uma palavra especial ao Professor Orlando Lourenço, Comendador Orlando, pois teve a honra de estar presente numa condecoração feito pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Almirante da Silva Ribeiro.-----

Disse que quando tomou o Professor Orlando Lourenço, as suas primeiras palavras foram as seguintes “*Permita-me senhor Chefe Maior das Forças Armadas, este prémio não é meu, mas é dos lamecenses, essa condecoração não é minha é dos lamecenses*”. Isto demonstra a humildade, como lamecense que o Comendador Orlando é. Porque a atribuição de condecoração foi para ele, mas não a reconheceu como sendo dele, mas sim de todos os lamecenses. Por isto todos têm que estar orgulhosos, quando alguém como o Comendador Orlando Lourenço é condecorado, ele não se esquece dos lamecenses. É aos lamecenses a quem se dirige primeiro e não a ele próprio. Este gesto de humildade de uma pessoa, que podia não a ter, mas tem, também orgulha a todos como lamecenses.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas** para dizer que o Presidente da Câmara dava um excelente membro da oposição de si próprio, porque o Presidente da Câmara tendo querido pegar numa coisa que não disse, acabou por falar dela, como dela

tivesse falado. E isso, realmente, além de ser um virtuoso truque de retórica, volta a dizer, dava um excelente membro da oposição de si próprio. Disse que, de facto, nunca proporia o apagão público nas freguesias. Aliás, seria curioso perguntar aos Presidentes de Junta de Freguesias, onde isso aconteceu, qual é a opinião que eles têm sobre esse facto. E também recorda a todos que o primeiro ato do executivo socialista, quando tomou posse, foi, precisamente, devolver a luz a essas freguesias que estavam apagadas.-----

Portanto, acha que o Presidente da Câmara não deveria, a seu ver, seja porque motivo for, vangloriar-se, ou pelo menos, justificar-se, de uma forma tão ligeira, de uma decisão dessas. Porque o Presidente da Câmara que é tido considerado, admirado até, como alguém que é capaz, diga-se de ser atrevido nas decisões, porque há sempre um bem maior. Nesse aspecto gostaria que o Presidente da Câmara nunca desligasse as luzes, fosse qual fosse o custo dessa luz. Isso é que seria admirável. Agora vir dizer que estava à espera que ele falasse disso, não falando para justificar uma coisa dessas, mas essa ideia não lhe pareceu sequer, diga-se simpático, cordial, com as pessoas das Juntas de Freguesia, com os seus cidadãos, dos Presidentes de Junta de Freguesia, que tiveram que responder com essa atitude. Inclusivamente está-se numa freguesia que sofreu também com essa decisão. Vem-se às freguesias porque se quer estar em contacto com os cidadãos das freguesias, vir ao terreno, como disse o Presidente da Câmara, e o senhor Presidente da Câmara vem ao terreno lembrar uma decisão dessas. Pede desculpa, mas não poderia ficar calado a esse respeito. -----

Disse ainda ao Presidente da Câmara que também não lhe pareceu o comentário mais feliz nem a análise mais feliz, pois o problema não esteve na troika, toda a gente sabe que o seu plano afectou todos os países da Europa. O problema não esteve na troika, o problema esteve no PSD, a maneira como o PSD quis forçar a troika, quis tratar a troika, o problema esteve aí, esse é que foi o grave problema.-----

Para reforçar esta posição leu um parágrafo no estudo que saiu no New Political Economy em que se diz "em todos os considerandos Portugal é também, uma exceção positiva, quando os autores assinalam que nos países em crise, mesmo quando as medidas de autoridade foram concebidas para reduzir as desigualdades, os efeitos macroeconómicos da segunda ordem acabaram por aumentar a desigualdade, exceto em Portugal". Disse que poderia continuar a ler este relatório, e ver, realmente, como Portugal, aos olhos da Europa, como o senhor Presidente da Câmara sabe, saiu muito bem, porque tendo saído da crise, não sacrificou as pessoas, não sacrificou os seus cidadãos.-----

Interveio o membro **Alita Carvalho** para cumprimentar todos os presentes, nomeadamente à Presidente da Junta de Freguesia de Sande, e um cumprimento a todos os cidadãos que acompanham esta sessão através das redes sociais.-----

Disse que antes de iniciar a sua intervenção que traz preparada, quer fazer um pequeno aparte, para o membro Paulo Barradas e dizer-lhe que permita discordar com ele, mas ela acha que a coragem que o Presidente da Câmara teve, foi mesmo em desligar as luzes, e não mantê-las ligadas. Permita-lhe discordar, mas, por vezes é preciso ter-se ações em prol de um bem maior. É a sua opinião, lamenta e não concordar mas a realidade é mesmo assim. -----

Vive-se, atualmente, num mundo altamente globalizado pela elevada concorrência entre as diferentes empresas. -----

A importância das micro, pequenas e médias empresas para a economia local, nacional e europeia é inquestionável. Estas representam quase a totalidade do tecido empresarial português, de acordo com a base de dados estatísticos da Fundação Francisco dos Santos. (2020).-----

Apesar de não existirem números específicos, a Associação Portuguesa de Empresas Familiares estima que “mais de 70% das empresas portuguesas são de cariz familiar e contribuem para 65% do PIB gerado pelo sector privado” tipologia esta onde se enquadram a maioria das empresas deste Concelho. Contudo, pela sua dimensão reduzida enfrentam diariamente inúmeros desafios. Desafios que a recente crise pandémica e agora os aumentos das taxas de juros e a crise inflacionista amplificou profundamente.-----

“A comunidade Intermunicipal do Douro vai apoiar 22 empresas sediadas no concelho de Lamego, num investimento de um milhão e novecentos e cinquenta mil euros. O auxílio financeiro, no valor de mais ou menos oitocentos e cinquenta e seis mil euros é concedido no âmbito dos sistemas de Incentivo às empresas de Portugal 2020, contratualizados com a CIM DOURO, para estimular a competitividade e a inovação empresarial.”-----

Este é, sem dúvida, um apoio oportuno e imprescindível que irá contribuir para alavancar a competência das empresas, promover a sua modernização, nomeadamente no que respeita à digitalização e à sua sustentabilidade, possibilidade de criação de novos postos de trabalho, melhorar a gestão de tesouraria de cada empresa que se irá traduzir, posteriormente, num aumento do rendimento disponível de cada família, o que conduzirá a um aumento do consumo e do investimento por parte dos mesmos. Este apoio contribuirá, certamente, para atrair mais investimentos para Lamego e para a região. É fundamental proteger, apoiar e incentivar a produtividade e a competitividade das empresas deste município. Deste intento dependem a manutenção do emprego e o crescimento da atividade económica.-----

Desde a 1ª hora que o Município de Lamego partilha desta preocupação associando-se e empenhando-se no encontro de soluções que captem investimentos e apoios para que as nossas empresas de forma a estimular a competitividade e a inovação empresarial.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que foram aqui colocadas questões muito interessantes, pelos membros municipais, nomeadamente pelo membro Ana Branca Carvalho, quando se referiu á Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, ao sucesso do recrutamento feito no corrente ano letivo. À diversificação de cursos, à descentralização que ela não referiu, mas que ele deve referir para outros concelhos da Região do Douro Sul, dos cursos da ESTGL e aos protocolos estabelecidos com entidades empregadoras, nomeadamente a Deloitte e Softinger para serem realizados naquela escola, cursos específicos, que correspondem a necessidades destas empresas e que permitirão, espera, não apenas manter vagas sucessivas de formação nestas áreas, áreas muito importantes, nomeadamente, telecomunicações, cibe segurança, portanto áreas com futuro. Como manter esses jovens que serão formados na ESTGL, preferencialmente, nesta região, uma vez que são áreas que permitem, parcialmente, esse trabalho possa ser feito em teletrabalho e feita a partir daqui, para qualquer ponto do mundo. -----

Sabe-se que, o tal “mas” que aqui foi referido, o aumento do número de alunos e cursos precisa também de instalações físicas que acompanhem este crescimento da escola. Isso poe-se quer em relação aos espaços para a instalação destes novos cursos, quer em relação ao alojamento.-----

Em relação ao alojamento, já foram adquiridos dois imóveis para a construção de uma residência universitária. Fez-se a candidatura ao PRR, a candidatura está aprovada, e portanto, está-se a desenvolver o projeto para lançar o mais rapidamente, possível a empreitada para a construção de uma residência universitária. Não estará construída, pelo menos nos próximos dois anos, atendendo à burocracia dos concursos públicos e à dificuldade de meios com que se depara a indústria da construção, pode até ser um prazo mais alargado. -----

Até lá, é necessário recorrer às soluções habituais. O arrendamento é a solução mais normal, para os jovens que vem estudar para a ESTGL, e que precisam de encontrar alojamento. Sabe-se que há escassez de casas no mercado para arrendar. Propor-se, com o voto contra do partido Socialista, alterações nas taxas de IMI, que serão hoje aqui discutidas, nomeadamente, a redução de 20% do IMI para casas com contrato de arrendamento, no sentido de estimular muitos lamecenses, que estão imigrados ou que vivem no litoral, que têm casas se segunda, terceira habitação em Lamego e que não as colocam no mercado de arrendamento. Seria um serviço muito importante que prestariam à comunidade, colocar essas casas no mercado de arrendamento, com boas condições, seguramente, de renda e também com benefício adicional do IMI. E porquê, porque para além dos estudantes do ensino superior, tem-se professores, tem-se militares, tem-se muita gente a trabalhar na hotelaria neste Concelho, que vem de fora e que tem dificuldades em encontrar alojamento.-----

Afirmou que, o arrendamento para pessoas que estão, temporariamente, em Lamego, pode ser um, dois ou três anos, que será a duração normal de uma licenciatura,

podem ser seis ou sete anos, será a duração normal de um contrato de trabalho de um militar, não coloca grandes riscos aos proprietários, de ficarem com as suas propriedades, com as suas casas bloqueadas com um contrato de arrendamento de longa duração. Acha que haveria aqui múltiplas vantagens, quer para proprietários, quer para quem procure casa, que houvesse um reforço de mercado de arrendamento na cidade de Lamego.-----

Depois há umas situações particulares que podem também ser utilizadas como alojamento de recurso, nomeadamente, sabe que o Colégio de Lamego e a escola têm um acordo de colaboração, para que o antigo internato do Colégio de Lamego, possa ser disponibilizado como alojamento para os estudantes do ensino superior.-----

E havendo uma necessidade permanente, que não possa ser resolvida de outra forma, a Câmara está na disposição de encontrar soluções, ainda que sejam transitórias, recorrendo à capacidade de alojamento no complexo desportivo. Sendo que, não gostaria de desviar o complexo desportivo da sua missão, que é, efetivamente, receber estágios, receber grupos desportivos em formação. Porque a experiencia que se fez, quando ali foi instalado, transitoriamente, o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, foi desastroso, quer para a manutenção da estrutura física, quer na perda de procura, por parte das equipas, das selecções, dos grupos que, normalmente, já recorriam ao complexo desportivo para os seus estágios. -----

Em resumo, disse que o trabalho que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão está a fazer é excelente, e o Município está em plena sintonia com a escola, que é um parceiro fundamental das atividades da autarquia, mas, sobretudo, é uma instituição que representa para a região, quando diz a região Douro Sul e a região ainda mais abrangente, perspectivas de futuro, por estar a formar jovens qualificados e que, alguns deles, infelizmente, não todos, se calhar nem a maior parte, irão ficar nesta região. E reforçar esse tecido económico que o membro Alita Carvalho o aqui referiu. As pequenas e médias empresas o Município procura apoiar, não apenas com os fundos comunitários, que são encaminhados através da Comunidade Intermunicipal, mas também com os incentivos às atividades económicas, que decorrem dos próprios regulamentos municipais, nomeadamente com a redução de taxas municipais. -----

Esses jovens qualificados são os empresários do futuro, empresários mais qualificados e preparados para enfrentar a súpera competitividade que a economia hoje demonstra.-----

No que concerne às questões referidas pelo membro Paulo Barradas, disse-lhe que é escusado falar em eficiência energética, quando não se fala das medidas duras que têm que ser implementadas para reduzir o consumo de energia. Porque a energia mais barata de todas é aquela que não se consome, toda a que se consome custa sempre dinheiro, pode ser de uma fonte de produção, pode ser de outra fonte de produção. -----

Corrigiu o membro Paulo Barradas. Assim disse que o anterior executivo não fez nada,

absolutamente nada, por um motivo muito simples. Quando entrou em funções as luzes estavam ligadas, porque durante o Verão, desde junho até final de setembro, as luzes estavam sempre ligadas em todo o Concelho, por força da população, que em época estival visita este Concelho, por força da realização das festividades das freguesias, que estavam sempre a pedir a ligação da luz, na vispora das festas. Portanto a iluminação pública estava, integralmente, ligada, quando o anterior executivo entrou em funções, e por isso não teve que fazer nada.-----

Decidiu não a voltar a cortar, e isso traduziu-se em que os duzentos ou trezentos mil euros de poupança que essa medida trazia, foram cortados nos protocolos de colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia.-----

Porque em quatro anos de mandato, só houve um ano com protocolo de cooperação técnica e financeira de quinze mil euros, para cada uma das Juntas de Freguesia.-----

Os Presidentes de Juntas de Freguesia terão aqui hoje protocolos aprovados nesta Assembleia, poderão falar disso, aquilo que é a prática deste executivo, irá continuar nos próximos anos do mandato, e no final do mandato far-se-á a comparação entre o cerca de duzentos e vinte mil euros, que foram protocolados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, para apoio a obras e atividades das freguesias que aquilo que o executivo fará. -----

Afirmou que é evidente que o dinheiro vem de algum lado, ele não estica, e portanto quando se dá mais para uma determinada atividade, tem que se reduzir noutra. Se não houver a poupança na iluminação pública, ter-se-á que encontrar noutra sítio.-----

Disse que, também explicou aqui de uma forma muito clara, nas freguesias desligar uma lâmpada aqui e outra ali não resulta. Na cidade sim. Na cidade desligar alternadamente iluminarias ou desligar uma em cada três, resulta em termos de eficiência energética e não prejudica, grandemente a percepção de iluminação que as pessoas têm. -----

Nas freguesias se se desliga uma aqui e deixa a outra seguinte ligada que é à porta do vizinho, e depois desliga a seguinte, vai levar a que grandes troços de estradas, de caminhos fiquem sem iluminação, e apenas quem tiver a iluminaria à porta fica beneficiado.-----

Já se discorreu aqui sobre as vantagens e os inconvenientes do corte nocturno da iluminação pública, não o irá propor, se não tiver o acordo do partido Socialista, mas irá, dizer, sempre ao partido Socialista que, duzentos ou trezentos mil euros, esta verba irá subir à medida que o custo da energia eléctrica for também aumentando em função da crise que se verifica hoje, irão faltar em apoio às Juntas de Freguesia, em pequenas obras em cada freguesia, em apoio social, como aqui foi referido. Porque, efetivamente, o dinheiro não estica, há que encontrar formas de o fazer. -----

Afirmou que se irá, efetivamente, fazer em termos de eficiência energética, está-se a fazer a revisão dos consumos de todos os equipamentos municipais, com a conversão em LED de toda a iluminação, com a alteração dos sistemas de energia primária do

aquecimento. E também, em termos de iluminação pública, ter-se-á no final deste ano, 50% do parque de iluminação pública do Município todo em LED, com uma poupança estimada de 30 a 40% do consumo. E no próximo ano tenciona-se a concluir os outros 50%. Ou traves de um contrato de concessão com a E-Redes ou através de um investimento municipal, que permita não esperar por este faseamento da substituição da iluminação pública para LED e da obtenção de uma poupança, que é muito importante para o Município, sem prejudicar, naturalmente, a qualidade da iluminação pública que se tem. -----

De notar ainda, e em relação à iluminação pública, e uma vez que, como alguns saberão, é uma das áreas de especialidade, em que profissionalmente tem algum conhecimento. Portugal é um país conhecido por ter iluminação pública em excesso, em média a iluminância, é quatro vezes superior, por exemplo, à Alemanha. Portugal é uma espécie de gambiarra gigante, que ilumina o planeta, para que vê de fora de avião ou de satélite. Isto significa desperdício, e desperdício na situação de crise energética em nos encontramos hoje, é uma coisa que não se pode consentir. Além de outros inconvenientes, que a poluição luminosa tem, nomeadamente em termos de impacto ambiental em diversas festas.-----

2.1. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2022-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2022, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, seis não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e dois votos a favor e seis não votos, por não participaram naquela sessão.-----

2.2. **ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Usou da palavra o membro **Alita Carvalho** para informar que no passado dia 15 de junho, no Cine – Teatro do Município de Torre de Moncorvo decorreu mais uma Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO.-----

O Presidente da CIMDOURO, Carlos Silva, na sua intervenção aproveitou para apresentar um resumo dos diferentes projetos desenvolvidos ou a desenvolver, nomeadamente, “Douro com história”, candidatura à “Cidade europeia do vinho”, entre outros.-----

Procedeu-se à deliberação sobre a prestação de contas de 2021, tendo estas sido aprovada por maioria.-----

Seguiu-se a deliberação sobre a alteração/atualização do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

Por fim, no último ponto, foi apresentada a justificação para a 1ª revisão do orçamento, a qual foi, igualmente, aprovada por unanimidade.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dar nota ao plenário, que desde a última sessão da Assembleia, realizou-se a primeira reunião do Conselho Municipal de Educação, onde esteve em representação da Assembleia Municipal, foi no dia 12 de julho de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Município, fez-se o balanço do ano letivo 2021-2022, estiveram presentes todas as instituições educativas do Concelho de Lamego, e foi também apreciado, este foi o ponto mais importante do Conselho Municipal de Educação, o plano de ação escolar e transportes escolares para o ano de 2022-2023, que teve uma apreciação positiva e teve um parecer favorável, da parte do Conselho Municipal de Educação.-----

Quem tiver depois interesse em conhecer este plano, a Mesa fará chegar aos membros esta informação.-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para dar uma informação, na medida em que os membros podem estranhar, porque é que os representantes desta Assembleia, nunca trouxeram aqui qualquer tipo de nota informativa sobre os trabalhos da Douro Aliance. Como sabem é uma associação que agrega, de acordo com determinados objetivos, estratégias e vontades das cidades de Lamego, Peso da Régua e Vila Real. Obviamente que estes membros não podem trazer aqui qualquer tipo de informação, se nunca tomaram posse, nunca tomaram parte em qualquer reunião dessa estrutura intermunicipal.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dar uma informação, para dizer que hoje com esta ordem de trabalhos, uma ordem de trabalhos mais ambiciosa do que é habitual, são quinze pontos, designadamente na ordem do dia. Não se vai conseguir apreciá-los todos da parte da manhã, porque há temas importantes, tais como impostos. Vai-se fazer um almoço volante, mais curto, que será uma pausa, depois serão retomados os trabalhos a seguir. -----

No final do ponto 3.1, far-se-á a pausa para o almoço, que a Junta de Freguesia de Sande, teve a amabilidade de providenciar, é um almoço volante e serão retomados os trabalhos, depois, sensivelmente, uma hora após a pausa. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1.**ASSUNTO:** APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2022-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que está distribuída a informação escrita que traz à Assembleia Municipal, passará, apenas, alguns pontos que pensa que merecem algum destaque em revista e depois ficará à disposição dos membros municipais, para qualquer questão que queiram colocar. -----

Assim começou, porque a agenda está feita por ordem inversa, ou seja, os eventos mais recentes são os primeiros a aparecer.com a Festa de Outono realizada na Fundação de Serralves, em que participaram os Caretos de Lazarim. -----

A realização de uma visita da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, visitaram várias adegas e quintas na Região do Douro, e também as Caves da Murganheira e no dia seguinte várias instalações de produção de fruta nesta região. Esta visita teve também, a presença da Senhora Ministra da Agricultura. -----

Foi realizado no dia 17 de setembro em Viseu, um encontro nacional de autarcas, no seguimento de uma solicitação dos autarcas sociais-democratas, para discutir dois temas: o financiamento das autarquias locais e a descentralização e a transferência de competências, do Estado para os Municípios. Todas sabem que a descentralização está em curso, mas acha que a transferência de competências é insuficiente, quer nas competências transferidas, quer nos recursos, muito especialmente, nas áreas onde os municípios não têm por tradição, competências.-----

Se na área da Educação, tem-se desde meados dos anos 80, competências diversas que os municípios exercem e bem. Noutras áreas, nomeadamente na saúde e na ação social, não se tem essa tradição, e é precisamente, nessas áreas, em que há mais dificuldade na definição das competências e dos recursos a transferir. Bem como outras áreas onde não se passa nada, nomeadamente na área das estradas nacionais. Basta fazer uma viagem entre Lamego e Britiande, para apreciar o que é a degradação e o abandono a que estão sujeitas as estradas nacionais em várias regiões do país e onde as autarquias não têm qualquer competência de atuação. Havendo até diferenças de interpretação da Lei entre o Secretário de Estado das Autarquias Locais e o Secretário de Estado as Obras Públicas, em que um aca que nos perímetros urbanos as autarquias têm competências, mas as instituições dependentes do Ministério das Obras Públicas não reconhecem essa interpretação.----

Em relação ao Complexo Desportivo quer aqui salientar o regresso do Complexo Desportivo de Lamego à atividade normal, tem recebido imensas selecções, equipas e grupos para a realização de estágios.-----

No âmbito da transferência de competências na área da Educação, o Município assumiu a realização das atividades de enriquecimento curricular, em parceria com associações, coletividades e clubes do Concelho de Lamego.-----

Uma referencia também às Conferencias da Murganheira, as sextas conferencias da Murganheira que trazem, sempre, um painel de destacados conferencistas a Lamego. Este ano foi transmitido pela Antena 1.-----

Abertura das Torres dos Remédios, para uma visita paga, é o primeiro passo ou pequeno passo, daquilo que é o projeto deste Município, de abrir todos os equipamentos municipais a visitas. Mas de organizar as visitas, por ser serviços complementares aos visitantes, nomeadamente as visitas guiadas, mas cobrar por

essas visitas. E cobrar no futuro, através de um bilhete único, que poderá ser adquirido em qualquer monumento ou espaço visitável da cidade, seja do Município, seja da Diocese, seja o Museu de Lamego e que permita aceder a todos os demais.---
A realização do Douro & Porto Wine Festival, festival de música e vinho, que irá ser, seguramente, um grande evento de promoção desta região.-----

As Festas de Nossa Senhora dos Remédios, já aqui foram referidas, de forma elogiosa. As festas correram muito bem, com uma participação muito intensa da população, de muitos turistas e visitantes, todos os eventos tiveram imensa afluência, e decorreram sem qualquer tipo de incidente.-----

Relativamente à Cim Douro, recebeu-se o Secretário de Estado João Paulo Catarino e o Vice-Presidente da APA. -----

E numa outra reunião, mais recente, recebeu-se a Vice-Presidente da CCDR, Dra. Célia Ramos, para falar de Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT). O PROT que está em vigor, está desactualizado e não está aprovado formalmente, ou seja a região não tem PROT. Apesar de tudo, o PROT está servir como guia para algumas definições estratégicas, nomeadamente em termos de políticas urbanas. -----

Afirmou que no mandato anterior, em 2018, o PROT foi sujeito a uma alteração, e essa alteração retirou Lamego da rede de cidades regionais, o que impossibilita, na leitura mais direta, do acordo de parceria de Portugal 20/30 de aceder aos fundos comunitários para regeneração urbana, à semelhança do que aconteceu com o PEDU, com as parcerias para regeneração urbana ou com as parcerias para o eixo de cidades Vila Real - Peso da Régua – Lamego. Ou seja está-se a falar de uma alteração que pode prejudicar Lamego, numa dezena de milhões de euros durante a execução do próximo quadro comunitário. Quer acreditar que isto não acontecerá, já falou disto, posto que, tem a promessa, por parte da Senhora Ministra da Coesão Territorial, de que essa interpretação que se faz, não será a que vai vigorar, mas que, todos os dinheiros para as políticas urbanas passarão na comunidade Intermunicipal, e será nesse âmbito, que vão ser divididos.-----

Uma referência também, ao aniversário dos Bombeiros Voluntários de Lamego, uma referência à assinatura, do protocolo com a Deloitte e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.-----

Uma referência a uma reunião do Conselho de Navegabilidade do Douro, que decorreu em Figueira de Castelo Rodrigo, onde esteve presente, precisamente, porque um dos pontos era a eventual imposição de uma taxa turística.-----

Informou que se criou uma nova equipa de intervenção permanente, nos Bombeiros Voluntários, caminhando, não dirá, para uma profissionalização, mas para uma disponibilização dos bombeiros, com meios permanentes de primeira intervenção. ----

No âmbito da transferência de competências na área da Educação e da preparação do próximo quadro comunitário, foi feita uma lista de escolas prioritárias a intervir a nível

nacional. A Escola Secundária e Básica da Sé e a Escola Básica EB2,3, estão entre as escolas prioritárias. Deve dizer que esta classificação é enganadora, porque propunha-se que escolas prioritárias seriam aquelas a intervir prioritariamente, mas não são. As escolas prioritárias são as escolas para intervenção imediata, pois há para intervenção urgente, e depois as prioritárias são as de terceiro nível. São brincadeiras com as palavras que o Governo Socialista e as suas unidades descentralizadas fazem, e que prejudicam Lamego. Posto que a Escola Secundária EB2,3, é para intervenção imediata, porque as condições daquela escola são, absolutamente, inenarráveis. E o Município não vai deixar de assumir essa responsabilidade.-----

Por isso está-se já a fazer o projeto para a reabilitação da escola, nos mesmos moldes em que foi feito para a Escola Secundária Latino Coelho. E quando o projeto estiver concluído, pode-se lança-la a concurso, e quando houver candidatura, vai-se candidatá-lo, vai-se exigir que a escola EB2,3, seja, de imediato, reabilitada e de seguida a Escola Básica e Secundária da Sé, que carecendo também de obras, não tem o mesmo nível de prioridade. -----

Salientou também a homenagem que foi feita ao Dr. Álvaro Bonito e á atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro a título póstumo. O Dr. Álvaro Bonito foi director da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, durante muitos anos, foi uma pessoa muito envolvida na vida da comunidade, foi membro desta Assembleia Municipal, foi uma pessoa que deu muito de si ao Concelho de Lamego e ao ensino superior em Lamego, portanto, foi de inteira justiça esta distinção. -----

Referiu também a cerimónia de Condecoração do senhor Professor Orlando Lourenço, pelo senhor Chefe de Estado Maior Geral das Forças Armadas, de resto já aqui referido, pelo membro Carlos Loureiro.-----

Assinatura do auto de transferência do auto de transferência de recursos com a freguesia de Lamego, no âmbito da transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesia. Era a unida freguesia que não tinha assinado a transferência de competências, acordaram um valor, acordaram o alargamento na área de intervenção da Junta de Freguesia ou pelo menos um ajuste nos limites entre a área de intervenção da Junta de Freguesia e a área de intervenção da Câmara Municipal. Pensa que é um acordo vantajoso quer para o Município quer para a Junta de Freguesia de Lamego. Mas sobretudo é um acordo benéfico para os lamecenses, que terão da parte da Junta os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das competências que são transferidas. E da parte da Câmara Municipal, a capacidade de fiscalizar, nomeadamente em termos físicos essas intervenções, também de concentrar os recursos humanos da Câmara, nomeadamente em termos de manutenção das vias e dos espaços verdes, naquilo que é a área urbana da cidade, que agora ficou melhor definida. -----

Uma referência que não está nesta informação escrita, que se prende com a Cidade Europeia do Vinho, o Município de Lamego, apresentou uma candidatura com todos os municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro, mas não dá uma participação muito forte, do Município da Régua e do Município de Lamego na preparação do dossiê de candidatura, fez-se com todos os autarcas, com a confraria dos Enófilos do Douro, com um conjunto de instituições a defesa em Bruxelas da nossa candidatura, com uma representação muito digna. Fazendo a apresentação daquilo que é o Douro, em termos vitivinícolas, e também o que é a nossa vontade de continuar-se a afirmar os vinhos, num mercado muito competitivo a nível mundial, mas nos quais os nossos pergaminhos, de primeira Região Demarcada e regulamentada do mundo são imensas. Conseguiu-se oferecer a todos os membros do Júri e às pessoas que acompanhavam a comitiva, um Porto de Honra, em plena sessão de apresentação da candidatura, dando também um aspeto de participação, de empenhamento, de implicação de toda a comunidade não apenas dos municípios neste projeto e o Douro que foi eleito Cidade Europeia do Vinho de 2023.-----

Está-se neste momento a preparar o plano de atividades, que tem já prevista uma abertura das atividades a realizar em Lamego, com uma grande gala, um grande evento, que marcará esse arranque e a transferência da cidade de Aranda do Dureo para o Douro, e no caso concreto, para Lamego que se for a primeira cidade a receber o evento no âmbito destas comemorações, que serão realizadas em todos os municípios da região, dando aqui também um sinal de união, de que se precisa.-----

Interveio o membro **Pedro Torres**, começando por cumprimentos todos os presentes na sala, um cumprimento especial à Presidente da Junta de Freguesia de Sande, a todas as gentes de Sande e a todas as pessoas que estão a assistir a esta sessão através das redes sociais.-----

Disse que esteve a ouvir com muita atenção o Presidente da Câmara, irá referir-se às Festas dos Remédios, até porque se acabou de sair das festividades, irá falar um pouco daquilo que foi, efetivamente, as festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, e daquilo que foi o evento, logo na semana a seguir que foi o Douro & Porto Wine Festival.-----

Voltou-se, de facto, aquilo que foi, aquilo que era a normalidade, depois destes dois anos mais atribulados, naquilo que era, efetivamente, a possibilidade dos nossos concidadãos, poderem estar mais próximos, mais juntos. Voltou-se, felizmente, a ter as festas nas freguesias, nos bairros. E isso, de facto, transporta-nos para uma normalidade, de que nos dias de hoje, se vive, mas sabendo, também, fruto de outras circunstâncias, atravessa-se, agora, momentos menos bons, não só porque ainda não se recuperou, por completo, desse mesmo período, mas, principalmente, por este conflito que se tem aqui às portas da Europa, e que de facto, está a encolher e muito a capacidade de se dar a volta por cima, de uma forma global. -----

Afirmou que foi com muito gosto que se presenciou alguma normalidade, naquilo que foi as festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, voltar-se a ver, outra vez, as molduras humanas, voltar a ver os eventos, que tinha sido quase, de forma abrupta, interrompidos, durante um período de dois anos, de travão ao fundo, Reforçou, que de facto, deu gosto voltar a sentir essas mesmas festividades. -----

E na semana a seguir, voltou-se a realizar um evento, logicamente, com outra dimensão, mais pequeno, com menos participação, e que tem agora um novo nome. Disse que parecia quase, quando começou a ouvir o Presidente da Câmara, parecia quase que era a primeira vez que havia um evento destes aqui no Douro. Já ninguém se lembrava que houve um em 2019, mas este parecia um evento novo, único. Disse que foi, foi, de facto, um pouco diferente, mais pequeno, mais comedido, logicamente as questões musicais são sempre muito relativas, mas na sua modéstia opinião, muito mais comedido naquilo foram as escolhas dos próprios músicos, provavelmente, tratando-se um evento privado, provavelmente mais barato.-----

Contudo, houve aqui novidades, a Câmara de Lamego e bem, no seu ponto de vista, apadrinhou um evento desta índole, de facto, a festa, juntar música com vinho e juntar aquilo que é e o que melhor se faz, se produz nesta região, tendo sido já feito em 2019, ainda bem que se manteve isso.-----

A questão que se coloca aqui, em que moldes? Em que moldes em que isto se fez? Todos aqui devem ter memória, pois isto às vezes parece que vem uma nuvem qualquer, umas vezes disse-se umas coisas, depois, já se diz, exatamente o contrário. Perguntou o que foi dito em 2019, em relação ao apoio da Câmara, porque era um evento privado, porque era uma festa privada, porque se gastou muito dinheiro. De facto, houve essa participação da Câmara, o que foi dito por causa dos foguetes. Confessa que teve para trazer uma caixa de foguetes para aqui, para exemplificar aquilo que lá feito. Passou-lhe pela cabeça. Disse que se espantou, numa reunião de Câmara, quando viu um protocolo assinado, arredonda os valores, para ser mais fácil, em que a Câmara de Lamego intervém com trezentos e cinquenta mil euros, repetiu, trezentos e cinquenta mil euros.-----

Disse que antes que o Presidente da Câmara vá dizer o que quer que seja, bem sabe que poderão vir cento e vinte mil euros, por parte da Porto e Norte. Mas uma coisa é certa, o que está lá plasmado, são trezentos e cinquenta mil euros. Veja-se bem que até se estava quase a propor, na última aprovação que foi feita na reunião de Câmara, em relação ao valor em causa, disseram, se calhar era melhor tirar este valor, como aquele valor se possa eclipsar, não se vai eclipsar. Logicamente isto é uma questão de opções.-----

Ainda há pouco estava a ouvir o Presidente da Câmara dizer que há que fazer opções, é verdade, as pessoas têm que fazer opções, e as opções, logicamente, depois assume-se as consequências delas. Entre fechar as luzes ou desligar as luzes à noite

e gastar trezentos e cinquenta mil euros num festival privado, é uma questão de opção. Agora há que saber viver com elas, de forma clara e inequívoca.-----

Logicamente ninguém está contra apoiar-se um evento, que acaba por relançar, não só Lamego, mas toda a região. Agora, tem que se, de facto, ver, se os montantes que estão em causa, se são ajustados ou não.-----

Disse que gostaria de ouvir aqui, alguns que se possam repetir, e outros que falaram em surdina, o que foi dito em 2019. Aqui D'el Rei, que vinha aí o fim do mundo. Aqui D'el Rei, andar-se a colocar dinheiro em coisas privadas. Isso foi dito, está registado, essas coisas não se apagam da memória.-----

Disse que deixa aqui apenas o seu reparo, porque é uma opção de opção, na sua modéstia opinião, naquilo que é também a opinião de muitos que estão na sua bancada, consideram, se calhar o valor desajustado, extremamente elevado, para aquilo que acabou por ser a realidade deste festival, sinceramente e logicamente aí a responsabilidade não é da Câmara, mas com muito pouca publicitação. Pois teve-se apenas 35 produtores quando numa primeira edição, teve noventa. Não aparecer de forma inequívoca, por exemplo, outros ex-libris que existem aqui em Lamego, que é o espumante, perfeitamente residual, não esteve presente. Portanto, tudo isso, merece uma reflexão.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas** para ter alguns comentários acerca desta informação escrita. -----

O primeiro comentário que faz, tem que ver com a presença dos Caretos de Lazarim em Serralves. O protocolo com a Fundação de Serralves, o Presidente da Câmara sabe o que ele pensa disso, há gente que pensa que a cultura é muito cara, ele acha que a cultura tem que ter o seu preço. E portanto, acha que realmente, Serralves é muito importante para Lamego, talvez, se se conhecesse os termos do protocolo que está por trás, desta parceria, todos pudessem entender melhor a importância desta parceria. Assim até pedia ao Presidente da Assembleia que usasse os seus bons ofícios, através do regimento, para que fosse fornecido o protocolo entre a Câmara Municipal de Lamego e a Fundação de Serralves.-----

Relativamente aos Caretos, toda a gente sabe a enorme paixão que tem por esta temática, aprendeu-a com os lazarinenses, aprendeu em particular com o Presidente da Junta, Paulo Loureiro. E portanto tudo o que seja sobre os Caretos, tem sempre alguma opinião, nem sempre, eventualmente acertará, mas ainda assim não se eximirá de falar dela. É claro que os Caretos de Lazarim podem e devem estar sempre em parceria e em protocolo celebrado com as festividades que lhes são afins, deve participar em manifestações culturais, em que a máscara seja a coisa mais importante. Deve, inclusivamente, estar presente em algum festival folclórico, se a questão da máscara também for importante, e obviamente, também tem que estar em Serralves, se a questão forem as máscaras de Lazarim. Com isto quer chegar, sendo claro que as máscaras de Lazarim têm que estar em Serralves, se a festa for das máscaras de

Lazarim. Disse que aquilo que vem aqui reparar, pensa que não deveria ser, é que as máscaras de Lazarim não estiveram em Serralves, melhor dito, quem esteve em Serralves foi a Festa de Outono, e na Festa de Outono estiveram as máscaras de Lazarim. -----

Poderão perguntar, onde é que está a particularidade e a questão, a questão está só aqui. A que diz que a Festa de Outono marca a chegada da nova estação e celebra a época das colheitas, o reavivar das antigas tradições e costumes, demonstra saberes e práticas ancestrais, ligados à tradição rural, revividos no contexto contemporâneo da arte paisagem de Serralves. Perguntou aonde é que está o busílis da questão, o busílis da questão é que as máscaras de Lazarim aparecem aqui numa festa de Outono e isso é que ele acha menos bem. As máscaras de Lazarim nem sequer são uma festividade de Inverno, são um Entrudo. Portanto, máscaras de Lazarim em Serralves todos os anos, está de acordo, mas em que elas sejam, realmente, a questão principal da sua presença ali. Porque quem visitou Serralves nesta altura e ali viu os Caretos e eventualmente os artesãos, há-de ter pensado que as máscaras de Lazarim, são qualquer coisa própria de uma festa de Outono. E este desvirtuamento a ele lhe preocupa, nomeadamente no momento em que está em processo a inscrição das máscaras no inventário PCI nacional, pensa que todos os espaços, todas as escolhas, todas as opções à volta das máscaras de Lazarim, devem ser bem medidas, bem pesadas. Porque se não está-se, diga-se a trocar a nuvem pelo júnior.-----

Referiu-se a outras coisas da informação do Presidente da Câmara, disse que o tem que congratula-lo por este protocolo assinado com o Departamento de Ciências Técnicas de Património de Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Acha muito importante, sempre achou muito importante, não var dar agora o dito pelo não dito, pois acha muito importante que uma cidade, como a cidade de Lamego, que pode viver em grande parte, aquilo que é o seu património, tenha parcerias fortes com a Academia. Porque a Academia pode trazer enfoques, que nos próprios, porque se vive e se convive perto desse património, por vezes, esquece-se ou não se quer ver. Portanto acha muito interessante, esta parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.-----

Depois outra questão, Torres de Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, disse ao Presidente da Câmara que esta foi também a sua ideia. Acha que os Monumentos da cidade de Lamego, podem e devem trazer vantagens económicas para a cidade de Lamego. Nunca foi de opinião que os turistas visitassem, de forma, gratuita, os monumentos da cidade de Lamego. Até porque o testemunho do que ele tinha, do que tem, de muitos turistas, que não entendiam como é que em todo o lado, pois próprio, enquanto turista paga o bilhete em todo o lado. Em Lamego dava-se essa graça, essa benesse, essa generosidade. Disse que esta questão do pagamento de entrada nos monumentos é importante para a sustentabilidade dos próprios monumentos e a ideia

de um bilhete único para os monumentos da cidade de Lamego, é uma ideia que não sendo nova, mas é uma boa ideia, tem que dizer isto com toda a honestidade.-----
 No que concerne às festas de Nossa Senhora dos Remédios, disse que nunca viu unanimidade sobre estas festas. Há sempre quem goste e há sempre de quem não goste. Agora sim, está-se de acordo, como disse o membro Domingos Nascimento, há que repensar as festas dos Remédios, entre guardar as suas características mais tradicionais, que isso que traz o forasteiros e dar-lhe um pouco de mais visibilidade, de mobilidade. Alias até crê que o Presidente da Câmara, na ultima intervenção que fez, no final do seu mandato, estava de muito acordo com ele sobre a questão dos fins-de-semana das festas dos Remédios. Lá está, é uma questão de mentalidade, mas acha que vale a pena ser reflectido e ser discutido. Porque à força de muita discussão, talvez, um dia se consiga ganhar essa causa.-----

Tem uma pergunta sobre a requalificação da Escola Básica Secundária da Sé, é verdade, tudo o que o Presidente disse sobre esta questão, é prioritário, não, é mesmo urgente. De facto, a escola tem poucas condições, e por exemplo, diga-se que a biblioteca da escola funciona no corredor. É inaceitável, nos dias de hoje, que uma escola secundária, tenha uma biblioteca a funcionar num corredor. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Começando por responder ao membro Pedro Torres, que os custos de correntes, para o Município, da realização do Douro & Porto Wine Festival são similares, porque o protocolo prevê os mesmos tipos de apoios e o mesmo tipo de investimentos, daqueles que foram prestados pelo anterior executivo, quer à realização do festival de 2019, quer à previsão de realização em 2020 do mesmo festival, através de um protocolo assinado entre o Município de Lamego e a empresa Rubrica Vencedora, Lda. Essencialmente, o Município de Lamego assume um conjunto de infra-estruturas de água, saneamento, canalizações para a passagem da electricidade, a vedação do espaço, que foram, sempre, assumidos nos anteriores protocolos.-----

A este apoio do Município, acresce um conjunto de custos, que serão suportados pelo Turismo do Porto & Norte, através de um protocolo estabelecido com o Município de Lamego. Dai que, efetivamente, há um reforço dos gastos diretos do Município, com a realização do festival, sendo que cento e vinte mil euros desses custos serão ressarcidos ao Município pelo Turismo do Porto & e Norte. -----

Quanto ao facto de o festival, ter sido mais pequeno, não ter dois palcos, não ter um cartaz com vinte artistas, não ter artistas internacionais caros. Não ter em consequência disso tanta promoção e tantos participantes, decorreu apenas e só, da necessidade de se ter um festival que fosse equilibrado do ponto de vista financeiro, e que lhe permitisse, por isso, nas edições seguintes, crescer de uma forma sustentada e contínua. É isso que vai acontecer, é essa a vontade dos parceiros, o Município de Lamego, o Instituto dos Vinhos do Douro & Porto, o Turismo do Porto & Norte, a Comunidade Intermunicipal do Douro, APDL, e naturalmente, a empresa promotora.---

Irar-se na próxima edição, dar mais um passo, no sentido do crescimento do evento e da sua afirmação, sem correr riscos, nomeadamente de natureza financeira, que possam trazer um lastro negativo para o evento, e também, para os promotores e para a região.-----

No que concerne às questões aqui trazidas pelo membro Paulo Barradas, estão, perfeitamente de acordo, em quase tudo. Não salientou o protocolo com a Faculdade de Letras, que classifica também muito importante, e que vem na sequência de outros contactos já estabelecidos, nomeadamente com a intervenção do membro Paulo Barradas, como seja o protocolo do projeto MELE - da memória escrita à leitura do espaço -----

Em relação às festas dos Remédios, sugere-lhe que leia a entrevista que deu à voz de Lamego, em que fala das festas, do futuro das festas que, efetivamente, justificam uma profunda reflexão, não dos órgãos autárquicos, da diocese, da irmandade, mas de toda a comunidade lamecense.-----

Em relação às escolas, estão, perfeitamente, de acordo e como já disse, há que fazer os projetos, lançar as empreitadas, candidatar as obras e aguardar que sejam financiadas, porque presume que não haverá da parte do Governo outra alternativa senão disponibilizar dinheiro para uma área fundamental, como é a educação. Só têm um desacordo, é que não aceita que se reduzam as máscaras de Lazarim, uma das manifestações culturais mais importantes deste Concelho e deste país. Uma das peças de artesanato mais ricas, mais valiosas de todo o país, que possa ser reduzido a uma actividade de entrudo, não. As máscaras de Lazarim são muito mais do que isso, e acha que estão de acordo em relação a isso, e sempre, que forem solicitados a estarem em eventos, com a devida explicação de qual é a sua história, o seu enquadramento, cultural, devam estar como manifestação cultural permanente deste Concelho.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dar uma informação relativamente à intervenção do membro Paulo Barradas, pois o protocolo fundador que foi celebrado com a Fundação Serralves, foi aprovado na Assembleia Municipal de 28.12.2021. Está integralmente disponível, também todos os anexos, no arquivo da plataforma da Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Carlos Loureiro** para dizer que em relação à informação do Presidente da Câmara, este não referiu, também o grupo municipal do partido Socialista está muito caladinho, não interessa no tocar no assunto, mas ele vai referi-lo. Este Executivo e Assembleia Municipal já fizeram um ano que tomaram posse, não se vai alargar em comentários, pensa que está ser positivo. Infelizmente a guerra da Ucrânia, mas o pós pandémico, atrasaram a recuperação quer das empresas, quer também dos municípios, pelo esforço que foi feito durante a pandemia.-----

Mas o atual Presidente da Câmara, resolveu um assunto, que se arrastou durante quatro anos, resolveu uma situação que foi o pessoal não docente, que se arrastou

durante quatro anos. Por isso acha que se tem que assinalar, ele próprio vai assinalá-lo como sendo um momento alto deste ano de mandato. Durante quatro anos arrastou-se e o atual Presidente assim que chegou, tomou o compromisso de o resolver, as pessoas devem estar agradecidas, foram quatro anos de impasse, as pessoas desconheciam o seu futuro profissional, sem ficavam ou integrados nesse concurso. Era muita a ansiedade e o Presidente conseguiu resolve-lo, é o assunto que releva neste primeiro ano de mandato.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira**, para cumprimentar todos os presentes. Um cumprimento especial para a Presidente de Junta de Freguesia de Sande, bem como para o estimado público e todos os que acompanham esta sessão, através das redes sociais. Agradeceu ao ex-vereador Carlos Silva, pela dinâmica que tinha em prol da comunidade lamecense, e também dar as boas-vindas ao novo vereador Fábio Duarte, esperando que tudo corra pelo melhor, no desempenho das suas funções.----

Disse que gostava de aproveitar o mote lançado pelo membro Carlos Loureiro, e dizer-lhe que o partido Socialista não está calado. Bem pelo contrário. O partido Socialista tem tido intervenção, assim como também todas as bancadas aqui presentes e é assim que todos devem querer, que haja de facto, debate.-----

Mas o mote que o membro Carlos Loureiro lançou relativamente à questão de ser assinalado um ano de mandato, quer também aproveitar esse mote, para fazer algumas questões, questões concretas, para as quais precisa de respostas concretas. Gostava de aproveitar neste caso, as obras que estão a ser realizadas no âmbito do PEDU, e que todos verificam, e fazer algumas questões mais diretas a algumas delas. Começa logo pelo Parque Urbano, este novo pulmão desta cidade, que, de facto, mereceu por parte do executivo atual, uma reformulação do seu projeto, mas que, de certa forma, tem notado que tem existido algum atraso na conclusão das suas obras, por isso pergunta ao Presidente da Câmara, qual é o seu estado, qual é o planeamento que está referido a isso.-----

Falar também na passagem desnivelada do escadório da Nossa Senhora dos Remédios, perceber em que ponto se encontra, qual o planeamento que está definido. E aproveitando também essa situação, perguntou o que é que se pretende para o futuro, relativamente à requalificação do Parque do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. Foi um protocolo, inclusivamente, alcançado no executivo anterior, gostaria de saber, de facto, qual é que é o planeamento esperado e qual é que é, diga-se, a intenção junto da Irmandade para que isso possa, realmente, ser concluído.-----

Aproveitar também e perguntar qual é a estratégia relativamente ao Centro Cívico, qual é o planeamento que está definido.-----

E depois, com muita pena sua, pena de muitos cidadãos, perguntar qual é a estratégia para o Parque da Saúde. Esse foi, de certa forma, um projeto alcançado pelo anterior executivo, infelizmente deixou-se perder essa oportunidade, já que se esgotou o fundo comunitário que estava alocado a essa possibilidade. Mas, como é óbvio, tem que

haver uma estratégia para o futuro. E aquilo que pergunta ao Presidente da Câmara é, de facto, qual é a sua estratégia? Porque Lamego necessita de uma infra-estrutura que possa agregar estes diversos serviços da saúde, é algo que é necessário e com bastante urgência, deste modo gostava de perceber qual é que é a ideia do Presidente da Câmara, e qual é que é, diga-se, o objetivo futuro, pois tem de haver planeamento nessa área.-----

Depois, também aproveitar para falar na Torre dos Figos, que inclusivamente, já foi concluída, mas pensa que foi aprovado numa reunião de Câmara a demolição de um anexo, de forma a ter-se um enquadramento mais agradável, para se conseguir contemplar essa obra, que muito dignifica esta cidade. E já agora, também, perguntar como estão a decorrer as obras da Casa do Horto, saber se está conforme previsto, e saber também qual é o seu planeamento.-----

Quer perceber em que estado se encontra a ex cantina da Câmara Municipal de Lamego, que será utilizada pela Liga dos Combatentes, e muito bem, e também, neste caso, qual é a intenção relativamente à construção do parque de lazer do Bairro da Ponte, um bairro tão emblemático da cidade, e que, certamente, poderá trazer uma nova regeneração àquele local, saber realmente a intenção e se já foi aprovado o projeto, querendo saber o planeamento em que isso se vai construir. -----

Referiu-se ao Complexo Desportivo de Lamego, teve-se recentemente e o Presidente da Câmara disse-o inclusivamente, a estadia das selecções nacionais de Andebol, sub 19 e da selecção A, é de facto, muito bom para a cidade, mas todos sabem que existem espaços degradados naquele complexo desportivo. É preciso definir aqui uma estratégia para o futuro, para que se possa, realmente, alcançar a atractividade dos clubes desportivos, de índole não só regional, nacional, mas também internacional, é preciso haver uma estratégia. Acha que era importante, de facto, pensar, concretamente, naquilo que será, diga-se, a sua requalificação, mas também perceber qual é que é o posicionamento do Complexo Desportivo. Disse haver condições para se conseguir acolher nesta cidade clubes, selecções, tudo o que seja a prática do desporto ao mais alto nível.-----

Referiu-se ainda a algo mais sensível, que até foi colocado pela CDU, relativamente à questão da água ao domicílio e saneamento básico, que são condições básicas, pois o senhor Presidente da Câmara falou, e bem, que não existem neste momento fundos comunitários próprios, para que se possa trazer dignidade a toda a população. Não se pode esquecer que há populações sem a dignidade das condições básicas e isso é fundamental. Sabe que não existem fundos comunitários, neste momento, mas em 2019 foi criada a entidade das Águas Douro Sul, exatamente com esse objetivo. Ou seja, para que fosse possível a candidatura a fundos comunitários, no sentido de trazer a dignidade às nossas pessoas. E aquilo que gostaria de saber, até porque se tem, não só a questão da Penajóia, mas também de pequenas localidades deste Concelho, que não têm essas condições. Perguntou qual é a estratégia do Município,

em que ponto está a questão das Águas Douro Sul, e o que é que existe, de facto, planeado para se conseguir concretizar a médio e pequeno prazo.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que volta atrás na sua informação, porque não respondeu e não se apercebeu a uma das questões que foi colocada pelo membro Rosa Moutinho, que tinha a ver com a auditoria externa ao Município. Informou que a auditoria foi realizada pela Deloitte, o respetivo relatório, foi já remetido à Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal. O relatório contém relato de ilegalidades, nomeadamente pagamentos executados sem contrapartida para o Município e múltiplas falhas administrativas e de gestão nos processos burocráticos, nomeadamente em termos de contratação pública-----

No que concerne às questões colocadas, desta feita, pelo membro Romeu Sequeira, e de facto, é um ponto de situação longo sobre um conjunto de processos que estão a decorrer.-----

Em relação ao Parque urbano, este executivo não fez nenhuma reformulação do projeto, que reformulou o projeto que estava feito, foi o anterior executivo, dividindo em dois, deixando de fora várias áreas desse pulmão verde, nomeadamente, todas as margens do Rio Coura e os respetivos muros de suporte. -----

Assim como várias áreas de intervenção, basta ver o buraco que há, entre a bancada que está feita em frente ao palco e o muro limite da propriedade, para perceber quem implantou aquela obra naqueles termos, desleixou-se, claramente, na avaliação do limite da zona de intervenção, bem como as zonas onde estavam umas construções em ruína e que será agora integrada numa segunda fase do projeto. Ou seja, às áreas de exclusão que não foram incluídas na empreitada, serão submetidas a um novo processo de concurso, com o novo projeto que está a ser ultimado.-----

Em relação à passagem desnivelada do Túnel dos Remédios, passa-se, exatamente a mesma situação, foi solicitado uma integração do projeto do túnel com os arruamentos adjacentes, no cruzamento sobre as piscinas e no cotovelo do Retiro dos Passarinhos, já foi aprovado o estudo prévio, está-se à espera da entrega do projeto de execução, para lançar uma segunda empreitada, que irá incluir o projeto de requalificação da atual Estrada Nacional 2 e a sua transformação numa alameda pedonal, preferencialmente pedonal, e a realização do encontro do túnel com os arruamentos existentes.-----

Já em relação ao Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, como referiu, está-se a fazer contactos com a Diocese e com a Irmandade, vai-se, muito proximamente, com o auxílio de consultores fazer uma análise de todo o complexo, que constitui o Santuário da Nossa Senhora dos Remédios e a mata, no sentido de definir, um projeto a executar.-----

Afirmou que o protocolo que foi assinado, é, absolutamente, inútil, irá ser inutilizado, porque comete à Irmandade dos Remédios, a responsabilidade de suportar financeiramente, todas as intervenções. Pois, a Irmandade não teve capacidade para

suportar os custos das festas de 2022. Pela segunda vez, a Câmara teve que suportar custos decorrentes da realização das festas dos Remédios, nomeadamente da procissão. Alguns anos a Câmara teve que assumir a iluminação do escadório, que até tinha sido sempre assumida pela Irmandade, este ano, além disso, teve que assumir custos diretos decorrentes da realização da procissão.-----

Pedir a uma instituição, com uma situação financeira débil, que suporte a contrapartida nacional, de um projeto que irá custar, seguramente, muitos milhões de euros, está a falar de muitos milhões de euros, é irracional. E sendo irracional, obviamente, não poderá ser feito e vai-se, obviamente, quando se tiver ideias concretas do que fazer no Santuário, as entidades envolvidas estabelecerem um protocolo de colaboração que seja realista, e que seja exequível para dar seguimento ao processo.-----

Informou que as obras do Centro Cívico estão concluídas, serão entregues, tal como previsto, ao Rancho Regional de Fafel, muito proximamente. -----

Voltando ao Parque Urbano, parte do Parque Urbano está atrasado, nomeadamente a requalificação das escadas de Ponte de Pau, porque foi necessário realojar o segundo comandante dos Bombeiros que habitava numa daquelas casas. E o executivo anterior encarregou-se de vender os apartamentos que estavam, junto aos Bombeiros, que tinham sido comprados no seu executivo. Foram comprados por quarenta mil euros e foram vendidos por sessenta mil euros. Por vinte mil euros atrasou-se uma obra, cuja revisão de preços vai ser da ordem das centenas de milhares de euros. Portanto, as atitudes irracionais, pagam-se caro e é irracional vender apartamentos do Município, quando o Município tem tanta carência de habitação, para fazer realojamento de pessoas que precisam de ser retiradas das zonas de obras, pra fazer realojamento de pessoas que carecem de habitação de emergência. -----

Relativamente ao Parque da Saúde, vai repetir, o que o anterior executivo fez, foi tentar meter o rossio na betesga, foi disponibilizar ao Ministério da Saúde, um terreno, em zona verde de enquadramento, nos termos do plano de urbanização, e para violações do plano de urbanização, já chega de outros projetos que se tem na cidade. Um terreno que excedia em termos de edificabilidade mais do dobro da capacidade construtiva daquele espaço, se a tivesse. Ou seja, o índice de construção máximo na cidade de Lamego é 1, ou seja um metro quadrado de terreno, um metro quadrado de área de construção. E o projeto do Centro de Saúde mais que duplicava a área de construção em relação à área do terreno. Um projeto que não tinha estacionamento, a Câmara teve que isentar o estacionamento legalmente obrigatório. Para ter um centro de saúde sem estacionamento, já se tem o que se tem, não se precisa de fazer um novo investimento.-----

O ponto de situação do projeto, nesta altura, é muito simples, foi solicitada à ARS, que foi quem desenvolveu o projeto, que fizesse o reposicionamento do projeto, no novo terreno que foi disponibilizado para o efeito, e que são os terrenos do antigo hospital de Lamego. À ARS está fazer esse trabalho, logo que o projeto fique pronto, a obra

será lançada a concurso. Como será financiada? Será financiada, necessariamente, no PRR ou no Portugal 20/30, porque não acredita que o Ministério da Saúde, tendo lançado um projeto para um centro de saúde que é prioritário e que foi financiado no Portugal 20/20, não disponibilize no PRR ou no Portugal 20/30 dinheiro para o construir. Portanto, ele será construído, mas será construído com todas as condições, incluindo as condições de enquadramento urbanístico, respeitando a Lei, e com todos os critérios legais que tem que cumprir, nomeadamente em termos de número de lugares de estacionamento.-----

A Torre dos Figos não está concluída, está em obra, a Casa do Horto não está concluída, está em obra, efetivamente, todas as obras que estão em curso estão atrasadas relativamente ao calendário inicial e isso prende-se por razões diversas, têm sido justificadas pelos empreiteiros. -----

Em relação à cantina, a cantina foi protocolada com a Liga dos Combatentes, e portanto, a partir deste momento, em que foi feito esse protocolo a responsabilidade da Liga dos Combatentes, a Câmara ajudará, na medida das suas possibilidades que seja ali desenvolvido o projeto da Liga dos Combatentes que tem para aquele espaço. O Parque de Lazer do Bairro da Ponte, está adjudicado, ainda não foi assinado o contrato, mas já foi proferida a deliberação de adjudicação pela Câmara Municipal.----

No que concerne ao Complexo Desportivo de Lamego, a estratégia é muito simples, é a estratégia de se sempre, é fazer, não é falar, é fazer. Em relação ao futebol precisa de um relvado sintético e rever a iluminação. Em relação ao Minigolfe, precisa de requalificação, porque grande parte das pistas não estão em condições, aqui já foi feita parcialmente. Em relação ao Ténis precisa de crescer, precisa de crescer com mais ténis e padel. Em relação ao Pavilhão precisa de utilização intensa, está a ser dado, ou seja deslocalizar parte da atividade, que subcarrega o pavilhão Álvaro Magalhães e o Multiusos para o complexo desportivo.-----

Em relação ao próprio centro de estágios, unidade alojamento, reparar os estragos, nomeadamente os decorrentes da utilização que foi feita, durante o período em que esteve lá o lar da Santa Casa da Misericórdia e repor as condições de utilização, que são as que são, não é um hote de cinco estrelas, já se sabe, é um espaço destinado ao alojamento desportivo, de jovens atletas, prioritariamente.-----

Em relação à mata e a toda a zona envolvente, incluindo o Circuito de Manutenção, é preciso manter e reabilitar. Tem-se feito a limpeza, tem-se procurado repor os espaços ajardinados, é preciso reforçar esse aspecto. Afirmou que esta é a estratégia para o Complexo Desportivo. E a seguir é trazer utilizadores, é disponibilizá-lo à comunidade, a todos os clubes e coletividades deste Concelho, obviamente, nos termos dos protocolos que se têm assinados e abri-lo a outros clubes, coletividades, selecções, que queiram utilizá-lo.-----

No que concerne às Águas Douro Sul, as Águas Douro Sul não existem, nunca existiram, foram uma escritura, fez-se uma escritura notarial, e foram eleitos os órgãos

sociais, que nunca deram qualquer passo, no sentido de levar a cabo a iniciativa que se impõe, que é criar uma identidade gestora das redes de água e saneamento em baixa, em todos os municípios do Douro Sul ou nos municípios que queiram aderir. Aderir a um agrupamento destes depende de duas coisas, depende da vontade do executivo municipal de cada concelho e da respetiva Assembleia Municipal e depende dos incentivos que o Governo der nesse sentido. Há duas formas de incentivos, incentivos negativos, se o município, autonomamente não se puder candidatar a fundos comunitários e se tiver que agregar, é um forte incentivo negativo. Incentivos positivos se houver, efetivamente, fundos comunitários majorados para estes agrupamentos, se houver, por exemplo um aviso específico para a entidade gestora de água e saneamento em baixa dos municípios Douro Sul, aí os municípios virão a agregar-se, o governo ainda não definiu, claramente, qual é a estratégia que tem, até lá o que se tem feito? Tem-se estado a fazer, quer os levantamentos em termos de cadastro das redes de água e saneamento, dos nossos concelhos, o grau de conhecimento das infraestruturas é diminuto. Tem-se estado a fazer contactos com as entidades gestoras que já têm, já gerem agrupamentos de municípios, nesta área territorial, nomeadamente as Águas do Norte, têm acordos de parceria com os municípios de Cinfães, Baio e outros, nomeadamente, e com a ADIN- Águas do Interior Norte – que tem a gestão dos municípios a norte do Douro. Mantem-se sempre, como alternativa e como via preferencial a criação de uma identidade empresarial, umas Águas do Douro Sul – Sociedade Anónima, mas detida pelos municípios, ou empresa intermunicipal detida pelos municípios para fazer a gestão.---- Relativamente às Águas do Douro Sul, Associação de Municípios, ela não foi validada nem pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos nem pelo Tribunal de Contas, e portanto, esse tema está ultrapassado. -----

O que se está também a fazer, do ponto de vista interno, está-se a fazer projetos para concluir as redes de água e saneamento, nomeadamente na freguesia da Penajóia, retomando um projeto antigo, de uma empresa, que entretanto desapareceu, estão-se a rever esses projetos, no sentido de concluir as redes. Está a olhar para sectorização, da nossa rede, para um melhor controlo de perdas, porque é o elemento fundamental para o sucesso de uma operação desta natureza e também, naturalmente, telegestão e tela medição dos contadores de água, em termos futuros. Não fará investimentos infra estruturais pesados, apesar de se estar a fazer no dia-a-dia, muitas ligações de água e saneamento e a fechar redes, em pequena escala, não se fará investimentos pesados, enquanto não houver, de facto uma definição do próximo quadro comunitário de apoio, do modelo de financiamento destas intervenções. -----

Interveio o Presidente da Assembleia para fazer um pequeno esclarecimento, pois não recebeu o relatório da auditoria externa da Deloitte, o único relatório que recebeu foi o de acompanhamento das contas referentes ao primeiro semestre 2022, que aliás consta da ordem de trabalhos de todos.-----

Usou da palavra o membro Pedro Torres para deixar um abraço especial ao vereador, que agora cessou funções, seu amigo Carlos Silva e logicamente desejar todo de bom e melhor, sabendo que ele estará sempre por perto: Endereça os cumprimentos e desejar logicamente a melhor da sorte, trabalho ao vereador Fábio Duarte, dizer-lhe, também de forma muito clara, para relaxar, parece-lhe, neste momento, um bocadinho mais retraído, pois a partir de amanhã lhe espera também muito trabalho, novas responsabilidades, deseja-lhe mesmo, muito sinceramente, a maior das fortunas e dos sucessos, porque o seu sucesso, é o sucesso de Lamego.---- Disse ainda, que estava a ouvir o Presidente da Câmara a dar um conjunto de respostas, que foram solicitadas pelo membro Romeu Sequeira, confessa que ficou baralhado, pois parece que o Presidente da Câmara está esquecido de algumas coisas. Para além de, num conjunto várias respostas, as mesmas são “vamos ver”, “vamos estudar”, “vamos analisar”, “vamos repensar”.-----

Disse que aproveitando o protocolo com a Universidade de letras do Porto, se calhar aproveitava para ser criado dentro do Município, um centro de estudos autárquicos. Pois diz aqui, que se vai estudar muito, mas depois, respostas concretas não há. Pretende-se alguma resposta concreta e responde sempre, “vai-se ver”, “vai-se estudar”, de facto, não há qualquer resposta. -----

Diz aquilo que disse quando este executivo estava em funções há sete meses, agora diz no fim do ano, este executivo e Presidente já cá estão há um ano, não chegaram agora. Mais já que estive antes. Disse que este a fazer um conjunto de registos, quando se falava, por exemplo, da necessidade da Câmara de Lamego elaborar os cadastros.-----

Relembra ao Presidente da Câmara, no seu mandato, no seu terceiro mandato, foi adjudicado junto de técnicos, exatamente a elaboração dos cadastros relativamente à rede de águas e saneamento, perguntou o que é que feito? Realmente, já lhe respondeu uma vez “bola”, nada, zero, não foi feito, rigorosamente, nada.-----

E portanto, quando se fala no Complexo Desportivo de Lamego, também relembra, foram gastos três milhões de euros, repetiu três milhões de euros, e agora parece que é preciso fazer tudo. É preciso um campo novo, é preciso recuperar o campo de minigolfe, perguntou o que se andou a fazer com os três milhões de euros. Estragou-se tudo no ápice ou se calhar a obra não estava bem-feita. -----

Ainda em relação às obras, explicar a toda a gente, porque as obras estão atrasadas, as obras estão atrasadas por as deixam andar assim, até dá jeito, quanto mais tarde terminar melhor. É verdade que vai haver revisão de preços, e quando deixam as coisas andar assim, logicamente, quem vai pagar é sempre o mesmo, são as pessoas de Lamego, são os lamecenses, esses sim, são os que pagam. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia**, começando por cumprimentar todos os presentes, as pessoas que assiste a este sessão pelas redes sociais, e um cumprimento muito especial para todos os habitantes da freguesia de Sande,

nomeadamente e especialmente para a sua Presidente da Junta e nesse nível o seu cuida do e a sua preocupação em tomar conta os sandinos, e desta freguesia de Sande, certamente, com tudo o que ela tem de melhor. O seu obrigado por esta receção e por estas condições que se está a usufruir, condições muito boas.-----

Em relação à intervenção do membro Pedro Torres, disse-lhe que tudo o que é feito à pressa e mal feito, depois dá nisto. Ou seja, mo mandato anterior, se bem se lembram, depois de se estar três anos a deixar passar o tempo, sem se ter soluções onde se pudesse agarrar, o executivo anterior foi buscar à gaveta do fundo, um conjunto de projetos, que estavam prontos a arrancar, e que, por questões de tempo, por questões de agenda política, foram adulterados no seu planeamento inicial, foram postos a executar. -----

Como era expectável, como já se foi alertado muitas vezes, quer na campanha eleitoral, quer nas primeiras intervenções que a coligação “Somos Lamego” foi fazendo, estes projetos (PEDU) tinham que ser revistos. Não estavam bem, todos eles, e estas questões, provavelmente, deviam ter sido colocadas no PAOD, para depois haver tempo de se falar delas. Mas todos estes projetos aqui citados, que o membro Romeu Sequeira trouxe, parque urbano, a passagem desnivelada, o parque do Santuário, o centro cívico, o parque de saúde, todos estes projetos estavam feridos na sua essência, e a forma como eles chegaram aqui a esta fase, é uma fase em que eles precisam de ser reformulados. Esta reformulação que foi feita, que está a ser feita, não é feita de um dia para o outro. Tem que ser planeada. Em termos de projetos tem que ser revistos, e, naturalmente, aconteceu isto. Portanto, é preciso tempo para eles serem feitos. -----

São conhecidas as condições deste contexto, que não serão favoráveis em termos de gestão de recursos, quer materiais quer recursos humanos, as empresas têm, claramente dificuldades em efetivar as obras, mas para ele a questão principal, é esta que todos conhecem, estes projetos PEDU foram tirados da gaveta, de uma forma intempestiva, foram muito mal implementados, foram coertados em aspetos fundamentais da sua sustentabilidade. E agora é simples, que acaba por ser complexo, é preciso corrigi-los, e para corrigi-los é preciso dar-lhes tempo, e preciso planear outra vez algumas coisas, é preciso candidatar e arranjar financiamento. É tão simples quanto isto. -----

É bem o grupo municipal do partido Socialista estar interessado no desenvolvimento dos projetos PEDU, faz parte também da sua obrigação, mas poder-se-ia ter feito diferente, se tivesse sido no mandato anterior.-----

Interveio o membro **Alita Carvalho** para dizer ao membro Pedro Torres, esteve a ouvi-lo com atenção, como sempre, com todos os membros. Reflectiu que, desde o inicio do mandato, intervém, sempre, de uma forma muito agressiva, sempre preferindo a critica negativa à construtiva, forma a que tem direito, pois não é pessoa para estar aqui a por em causa. -----

Contudo, mais parece que continua na campanha eleitoral, será isso? Espera que assim não seja. É certa que a nossa função, é óbvio, é zelar pelos interesses dos lamecenses que nos elegeram. Mas nas intervenções do membro Pedro Torres, mais parece, muitas vezes que está aqui à caça às bruxas. -----

Uma outra coisa que tem verificado, é que o membro Pedro Torres bate sempre na mesma tecla, em pontos que já obtiveram resposta em sessões anteriores por parte do executivo. Pensa que não se avança e quer sempre reforçar o que já foi respondido, e que obtém a mesma resposta. E o mais curioso, é que grande parte das vezes, bem que hoje, teve a primeira intervenção bastante moderada, até a surpreendeu, deve elogiá-lo nesse aspeto.-----

Mas a maior parte das vezes, bem tão focado em repetir os mesmos pontos, que nem sequer refere os pontos da ordem de trabalhos da ordem do dia. Vem sempre focado nos anteriores, será que isso quer dizer que não preparou à Assembleia. Não, não será isso.-----

Afirmou que não quer que o membro Pedro Torres entenda isto como uma crítica, pois a sua intenção, seria apenas, humildemente, que fizesse uma pequena reflexão. Visto que se foca sempre nas mesmas questões, porque não aproveita também, para apresentar sugestões de melhoria, soluções exequíveis, em vez de se limitar à crítica por crítica, Porque até hoje não viu, não o ouviu aqui a apresentar qualquer crítica de posição construtiva. -----

Aliás disse que, usando uma expressão muito usual, pelo membro Pedro Torres, disse que de solução ou propostas dele ouviu “bola”.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas pelo membro Pedro Torres, que de facto, como disse o membro Alita Carvalho são “bola”, nada, zero. -----

Mas mesmo assim, por humildade democrática, vai-lhe responder. -----

Em relação à questão da revisão de preços, a revisão de preços decorre, como já referiu em relação às casas de Ponte de Pau, deve à inépcia do anterior executivo.----

Em relação ao resto, aos muros que foram executados, por ordem do anterior Presidente da Câmara, sem aprovação em reunião de Câmara, e aos muros que não estão executados e que terão que ser executados, com custos a dividir em 50% entre o empreiteiro e 50% entre o Município, nos termos do parecer jurídico pedido ao Dr. João Pedro Lobo do Amaral, no anterior executivo, eles terão que ser feitos. E em relação às áreas de exclusão, elas terão que ser concluídas e integradas no projeto do parque urbano. O que significa que tudo isto, são custos a crescer, de muitas centenas, se não de mais de um milhão de euros, que se deve à incompetência absolutas do anterior executivo na gestão de qualquer processo de obra.-----

No que concerne ao cadastro de águas e saneamento, o membro Pedro Torres disse e disse muito bem, no seu terceiro mandato, adjudicou a realização do cadastro, e

agora está a concluí-lo, vai ficar concluído em final de dezembro, porque durante quatro anos o anterior executivo fez zero, zero, absolutamente.-----

Já em relação às obras do Complexo Desportivo de Lamego, de facto, gastaram-se lá três milhões de euros, perguntou-lhe se sabia porque se gastaram três milhões de euros, porque o protocolo com o Governo Socialista, o então Secretário de Estado Laurentino Dias, eram de oito milhões e meio de euros. E quando se abriu um concurso, com proposta de adjudicação de cinco milhões e novecentos mil euros, aconteceu que os fundos comunitários prometidos a 70%, vieram para 39%. Isso obrigou a deixar cair esse projeto, rever o projeto em baixa, e fazer os três milhões de euros, já com o Governo do PSD, foi a verba disponível. Se o executivo, na altura, não tivesse sido enganado, por um governo socialista é normal ser enganado, então pelo Secretário de Estado Laurentino Dias, não esperava ser enganado, porque ele até essa data tinha tido um comportamento exemplar com Lamego, nomeadamente no processo das piscinas cobertas e da Loja Ponto Já.-----

Mas no Complexo Desportivo falhou redondamente, à palavra dada, o Instituto do Desporto acabou por anular o protocolo que fez, e conduziu a uma solução de recurso. Foi para um empreendimento, que tem mais de cinco mil metros quadrados, de área construída, o membro Paulo Barradas, porque foi lá director, o executivo de então, ficou com uns míseros três milhões de euros, porque há estádios de futebol feitos em municípios que nem equipas de futebol conseguem ter, que tiveram apoio mais do que isso.-----

E portanto, vai-se fazendo à medida dos recursos disponíveis, mas vai fazendo, com determinação e fazendo bem. Assim à revisão de preços, esse dinheiro que será apurado e será apurado, espera ele em sede de executivo municipal e não em sede de contencioso judicial, decorre apenas e só da incapacidade e da incompetência do anterior executivo em gerir estes processos, que eram, de facto, grandes de mais para a sua capacidade, como de resto os lamecenses assim lhe reconheceram.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que se deu assim por terminado o ponto 3.1, referente à informação escrita. Informou que se vai fazer uma pausa para almoço, retomando os trabalhos às catorze horas e trinta minutos.-----

Deliberação A Assembleia apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara e o relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2022.-----

Retomados os trabalhos, entrou-se na ordem de trabalhos, recomeçando no ponto 3.2.

3.2 ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERACÃO DO ACORDO DE COLABORACÃO COM A MOVIJOVEM – CARTÃO JOVEM MUNICIPAL – RATIFICACÃO DE DESPACHO -----

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, seja ratificado o Acordo de Colaboração celebrado entre o Município de Lamego e a Movijovem para a criação, implementação e comercialização

do Cartão Jovem Municipal de Lamego. Mais se propõe que, ao abrigo do Acordo de Colaboração seja aprovado o desconto de 30% aos utentes do cartão nos equipamentos Municipais cuja utilização está sujeita ao pagamento de taxas.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que o cartão jovem é um instrumento reconhecido, é um instrumento de política do governo para a juventude, desde há muitos anos. É proposto pela Movijovem, daí a celebração deste protocolo, que terá como consequência a celebração de acordos, também, a nível local, para disponibilizar no comércio e serviços locais, vantagens para os portadores do cartão jovem. -----

Pensa ser uma iniciativa consensual que deverá merecer o apoio da Câmara e da Assembleia, e ser executado com a máxima brevidade, em benefício dos jovens deste Concelho.-----

Usou da palavra o membro **Joséfa Fernandes**, começando por cumprimentar todos os presentes nesta sala e os que seguem esta sessão através das redes sociais. Felicitou o vereador Fábio Duarte, desejando-lhe as melhores felicidades. -----

De seguida disse que a implementação do cartão jovem municipal peca por tardia, é uma indiscutível mais-valia para o Município., permitindo também o apoio do comércio de Lamego. Abrange os jovens entre os doze e os vinte e nove anos de idade residentes em Lamego.-----

Através desta iniciativa os jovens poderão usufruir de um desconto de 30% em equipamentos municipais, cuja utilização está sujeita a pagamento de taxas. Mas também todas as vantagens previstas no cartão jovem europeu. Com mais de quarenta mil vantagens europeias, das quais quatro mil são nacionais, através de descontos, reduções e isenções em produtos e serviços prestados por entidades público/privadas.-----

Este é um cartão que tem a particularidade de poder ser utilizado no Município, em Portugal e na Europa. Que ser quer também ele jovem e renovado, e por isso, será 100% virtual.-----

Processo simples, adaptado à era digital em que se vive. Promoverá ainda a um acesso a um basto número de parcerias, de âmbito local, nacional e europeu, tais como: Serralves, Europe Car, Galp, CP- Comboios de Portugal, Cambridge Scoll.-----

Congratula a Câmara Municipal por esta iniciativa. É mais um sinal positivo, dado pelo executivo, que durante este mandato tem agido junto da faixa etária mais jovem. Contribuindo para o reforço de políticas que, direta ou indirectamente os afeta.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, ratificar o despacho. -----

3.3. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO “ENXOVAL BEBÉ”

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere que, considerando que foi publicado no sítio do município a 28.06.2022 o aviso que previa a constituição de interessados a apresentar os seus

contributos para o presente procedimento no prazo de 10 dias (úteis), de acordo com o previsto no ponto n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo.-----

Considerando que se verificou que, terminado esse prazo, não houve qualquer constituição de interessados para apresentação dos seus contributos.-----

Face ao exposto, propõe à Assembleia Municipal que seja aprovado, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que o Enxoval Bebé é uma medida de política municipal, que pretende apoiar a natalidade.-----

Afirmou que, como todas as políticas nesta área tão difícil, como é a natalidade e a demografia, é uma medida que tem muito de simbólico. Mas é também uma medida prática que visa responder, às dificuldades das famílias, num momento em que têm um filho ou mais um filho, que é uma diferenciação que também este regulamento pretende fazer. Isto é, no enxoval bebé, na sua primeira geração, dava-se um apoio ao nascimento, não em verba, mas em espécie, ou seja, um cheque que seria gasto em artigos de pari cultura, adquiridos em estabelecimentos comerciais desta cidade. -----

Era, simultaneamente, um apoio à família, mas era também um estímulo à economia local. A partir dos seis meses, quando a criança entra-se na creche, o Município assumia até 50% do custo dessa creche até aos três anos de idade, em que essa criança pode ingressar num infantário da rede pública, que existe no Concelho de Lamego.-----

Com a alteração da legislação que vai permitir o pagamento das creches pelo Estado, sabe-se que é uma promessa, que não será, exatamente, cumprida nestes exatos termos, que não abrangerá nem todas as crianças, nem todos os estabelecimentos de creche a nível nacional. Mas, presumindo que isso seria verdade, trouxe-se uma alteração sobre o regulamento do enxoval bebé, que pressupõe, que todo o apoio, possa ser dado em dinheiro, no momento de nascimento da criança, no primeiro e segundo ano de vida. E que haja apenas uma diferenciação, sobre se se trata do primeiro filho ou se é o segundo ou mais filhos, majorando neste caso o apoio.-----

Deixa de ser obrigatório que, haja comprovação das despesas realizadas, para se receber este pagamento. Está-se a simplificar o procedimento, o que terá do ponto de vista do Município, vantagens administrativas, porque o sistema que estava implementado era bastante burocrático, obrigava a muitas comprovações de condição, e neste caso, precisa apenas que a criança nasça em Lamego, seja registada em Lamego. Que no primeiro e segundo ano faça o pedido para receber o enxoval bebé.--
Pede por isso aos membros municipais para aprovarem este regulamento, e dar as suas achegas ou contributos para que ele ainda possa ser melhorado no futuro.-----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para apresentar a seguinte proposta: uma vez que se tem a seguir, seis pontos da ordem do dia, quatro referentes a novos protocolos e dois referentes a protocolos que têm que ser ratificados, a proposta será no sentido de se discutir em conjunto, os pontos 3.4 e 3.5, que são as duas ratificações. E depois os pontos 3.6, 3.7,3.8 e 3.9 em conjunto, dois blocos de discussão, o que não mereceu a objecção de qualquer membro municipal.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a celebração de protocolos de colaboração técnica e financeira com as juntas de freguesia e com outras instituições de carater desportivo, cultural ou recreativo, é uma prática de há muitos anos da Câmara Municipal de Lamego. Esta prática deixou de ser tão relevante, a partir do momento, em que houve transferência de competências para as freguesias. Mas sabe-se que essas transferências de competências se esgotam num conjunto muito limitado de tarefas que estão a cargo das juntas de freguesia, e que não abrangem um conjunto de obras e de investimentos, que muitas vezes, sendo de responsabilidade municipal. Mas sendo um anseio das freguesias, estas têm vontade de levar a cabo, pelos seus próprios meios, apenas o apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal.-----

Afirmou que, tradicionalmente, na aprovação dos instrumentos provisionais, plano de atividades e orçamento, era solicitada à Assembleia Municipal uma autorização genérica para a celebração destes protocolos, dentro do limite que estivesse inscrito em orçamento. A legislação mais recente, aparentemente, não permite esta situação, pelo que todos os protocolos celebrados terão de ser presentes à aprovação desta Assembleia.-----

Parece-lhe que o legislador, ou nunca foi autarca ou tendo sido autarca, era um autarca centralizador, que queria cercear a capacidade de os municípios darem recursos às freguesias para poderem resolver problemas, que são dos cidadãos, e que portanto, são de todos.-----

Disse que propôs ao Presidente da Assembleia, que se pudesse retomar esses princípios, da autorização genérica. O Presidente da Assembleia, como ilustre jurista, entendeu que não era viável essa solução. E assim precisa-se de continuar a trazer à apreciação da Assembleia todos estes pontos. -----

Informou que estes pontos foram consensualizados entre Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, e portanto, parece-lhe que, em respeito pela autonomia, quer do executivo municipal, quer do executivo junta de freguesia, dever-se-á aprova-lo.-----

Afirmou que deve-se pensar numa metodologia, que permita ao executivo celebrar os protocolos com as juntas e com outras entidades, ao longo do ano, e dar conta à Assembleia Municipal do exercício dessa competência, dos valores que foram empenhados neste tipo de protocolos. -----

No caso em apreço, estes seis protocolos, dois estão celebrados, quatro são a celebrar. Não representam ainda o universo de todas as juntas de freguesia, significa

que, outros protocolos virão às próximas sessões da Assembleia Municipal, e que este modelo de colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia irá prosseguir no próximo ano.-----

Relativamente aos protocolos em apreço e respeitando a vontade das Juntas de Freguesia e do executivo, onde foram aprovados, propõe que sejam também aprovados nesta Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para fazer um comentário, não é nenhum ímpeto centralizador do Presidente da Assembleia, é de facto, a interpretação que faz, daquilo que diz o regime jurídico. Ainda assim e o compromisso é que a Assembleia será, sempre, ágil na ratificação e na aprovação deste tipo de protocolos, e naturalmente, que, agora, a título meramente pessoal, não está em causa qualquer tipo de referencia quanto à eficácia da figura aqui utilizada. Única e exclusivamente, parece-lhe que não se tinha base legal para prescindir desta forma. Ainda que seja uma formalidade relevante, ratificar os protocolos na Assembleia, mas tudo se fará, para que nenhum protocolo fique com pagamentos suspensos e dependentes desta ratificação ou de uma aprovação tardia da Assembleia municipal. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim**, começando por cumprimentos todos os presentes nesta sala, a todos os sandinos e todos que assistem a esta sessão pelas redes sociais.-----

De seguida fez uma referência especial ao vereador Fábio Duarte, deixando-lhe um grande abraço, deseja-lhe felicidades pelo cargo que vai desempenhar, pela sua competência, pois sabe que é competente, que seja bem-sucedido, por que isso é sucesso de todos os lamecenses.-----

De seguida disse que pode parecer estranho que um presidente de junta venha falar destes protocolos, mas não vem falar dos protocolos. Só vem questionar o Presidente da Câmara, uma questão de princípio, porque teve uma experiência, quando foi no protocolo do Entrudo, achou que a verba que lhe foi atribuída, não deu para pagar um boneco que queimou, porque queimou dois, e a resposta foi-lhe dito que o protocolo estava elaborado, que não podia haver retificação. Só quer perceber os motivos, para que não fique nenhuma dúvida com ele próprio, não estaria bem com ele próprio, se não colocasse esta questão, porque protocolos agora serem ratificados. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim que se está aqui a confundir duas coisas. Uma é a retificação, outra é ratificação. Na ratificação há um ato que está praticado, que vem à aprovação à posteriori da Assembleia Municipal. O Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, pretendia era uma coisa diferente, era rectificar o valor de um protocolo que já estava estabelecido.-----

Se os valores são bem negociados quando há o acordo, entre Câmara e Junta, para que se estabeleça o protocolo, não há necessidade de rectificar os valores posteriores. Quando as coisas não correm como planeado, e os custos de um determinado evento

ou uma obra, excedem aquilo que foi acordado e deixam uma das partes numa situação desconfortável, essa situação poderá ser revista, não poderá ser ratificada, corrigido ou alterado aquilo que foi estabelecido anteriormente.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim** para dizer ao Presidente da Câmara que a palavra pode não ter sido bem utilizada, mas o princípio, acha que percebeu a sua questão. Agora a sua questão a que tenha fechado o Entrudo com quatro mil e duzentos euros e deram-lhe dois mil e quinhentos euros. Afirmou que a negociação foi bem-feita, foi depois, da parte do Município que foi mal executada. Não sabe se foi uma troca de números, provavelmente. -----

3.4. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BRITIANDE – RATIFICAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Assembleia Municipal, que seja ratificado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Britiande para a realização das obras “Construção de valetas e instalação de sistema de drenagem de águas pluviais na Rua da Seara”, e “Requalificação da Travessa da Possa das Tábuas”, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, ratificar o despacho.-----

3.5. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE LALIM RATIFICAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Assembleia Municipal que seja ratificado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Lalim para a realização da obra “Requalificação da Rua do Eirô”, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, ratificar o despacho.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que não tem muito a acrescentar, os valores estão acordados com as respetivas juntas de freguesia, o objeto dos protocolos, são as obras que foram entendidas relevantes do acordo entre as partes e o processo vem, devidamente, instruído, sendo esta uma aprovação, uma deliberação da Assembleia, que é necessária para que os protocolos possam ser subscritos e tenham os seus efeitos. -----

3.6. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIROS DE AVÕES -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Assembleia Municipal que seja aprovado o protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, para a realização das obras de “Ampliação do cemitério da freguesia e arranjo do espaço exterior”, considerando a necessidade urgente em ampliar o cemitério de Ferreiros, cuja capacidade de inumação se esgotará em breve, e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.7. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIRA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Assembleia Municipal, que seja aprovado o protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Figueira, para a realização das obras de “Reparação de vários caminhos agrícolas da Freguesia”, considerando que se encontravam em muito mau estado devido às intempéries ocorridas no mês de junho de 2021, e que estes são essenciais para que os muitos agricultores possam aceder às suas propriedades para o necessário tratamento e colheita dos seus produtos, em particular aqueles que derivam da vitivinicultura, por se tratar duma zona inserida na região demarcada do Douro, sendo a agricultura a principal fonte de sobrevivência de muitos dos agregados familiares.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.8. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE PENUDE-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal propondo à Assembleia Municipal que seja aprovado o protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Penude, para a realização das obras de “Reconstrução de dois muros de suporte às estradas municipais de “Quintela” e da “Fraga””, considerando o interesse municipal, a necessidade de garantir a segurança rodoviária naqueles locais, tendo em conta que se trata de vias de comunicação utilizadas diariamente pelas populações daquela área de residência, e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.9. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SAMODÃES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia Municipal que seja aprovado o protocolo de

cooperação técnica e financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Samodães para a instalação de um “Abrigo de passageiros na EN 222”, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e quem segue esta sessão através das redes sociais. -----

Quer dirigir uma palavra especial à Presidente da Junta de Freguesia de Sande, uma junta de freguesia que segue de perto, não querendo minimizar nem desvalorizar o excelente trabalho que os outros presidentes estão a fazer nas suas freguesias.-----

Dizer-lhe que aprecia muito a sua postura, quer estender ao seu executivo e à assembleia de freguesia, pois todo o trabalho que têm realizado, um trabalho sem qualquer interesse ou manha política, é um trabalho genuíno. É um trabalho que é a imagem das pessoas que compõem p executivo e à Assembleia de Freguesia. Os sandinos estão com sorte de ter assim pessoas a trabalhar única e exclusivamente, para o bem-estar da sua população. O sucesso desta freguesia, será, com certeza o sucesso dos sandinos. Por isso, à Presidente da Junta deixa-lhe aqui o seu apreço de todo o trabalho realizado, o resultado eleitoral, espelha, claramente e explicar aqui as palavras que está a deixar. -----

Relativamente ao ex-vereador Carlos Silva, não vai dizer mais nada, acha que já foi tudo dito, já lhe telefonou, sabe qual é a sua ideia e informação relativamente a ele, de quem é muito amigo. -----

Ao vereador Fábio Duarte, disse que já está a trabalhar com as juntas de freguesia há algum tempo, fala das juntas de freguesia, porque, felizmente, teve-se aqui um debate intenso, durante a manhã, se não fosse o Presidente da Câmara a falar de um ponto que houve ali, ninguém falava das freguesias.-----

Vieram os protocolos, houve inscrições? Alguém defendeu as freguesias? Perguntaram alguma coisa sobre as freguesias? Zero, não vai dizer “bola”, porque o membro Pedro Torres partilha a mesma cor clubística que ele, por isso não vai falar de bola, ninguém fala das freguesias, a não ser agora.-----

Quer agradecer ao Presidente da Câmara, porque tem que fazer esta reflexão aqui, porque no primeiro ano, no mandato anterior, teve uma preocupação enorme. Apresentou ao Município, na altura, a construção da capela mortuária, porque se estava a velar os defuntos daquela freguesia, numa situação dramática, sem conforto, sem nada. Na altura, a Junta de Freguesia arrancou com aquela construção, o executivo municipal deslocou-se à freguesia, pois tinha solicitado ao Município ajuda para poder avançar, rapidamente, com a finalização da obra. Obra que era para dar mais conforto à sua freguesia, nomeadamente, num momento tão difícil como é velar os entes queridos. Não houve ajuda, não houve qualquer tipo de resposta.-----

Agora, aconteceu-lhe mais uma preocupação, a capela foi feita, a Junta de Freguesia fez a capela, não há problema nenhum, já passou, com a ajuda de algumas empresas deste Concelho, pois agora aumentou o número de óbitos, a população está cada vez mais envelhecida, como Covid 19 agravou-se e o cemitério de Ferreiros de Avões ficou, praticamente lotado. Ficou preocupado, Junta de Freguesia fez a aquisição do terreno e prontamente chamou o Presidente da Câmara, com quem já reuniu duas ou três vezes, para se arranjar ali um consenso, A Junta de Freguesia paga o terreno, fez o projeto, mas depois, como aquilo é um terreno com algum declive, a obra torna-se muito cara. Muros em betão, é tudo muito caro. Disse que a Junta de Freguesia sozinha, não responder rapidamente, a essa necessidade. Por isso, quer agradecer e enaltecer a postura do Presidente da Câmara, porque ele viu que a preocupação é iminente, e ele integrou essa preocupação como sua. Arranjou esta solução de elaboração do protocolo, que quer, depois que continue, porque é uma obra extremamente cara para a Junta de Freguesia.-----

Agradeceu, mais uma vez, a postura do Presidente da Câmara, agradecer ao executivo que também deliberou favoravelmente, e também um agradecimento aqui à Assembleia Municipal, por ter votado favoravelmente.-----

Disse ainda ao Presidente da Câmara, afirmando-lhe que aprecia políticos que não criam barreiras ideológicas para limitar o trabalho dos outros. Ele próprio faz e aprecia muito esse tipo de políticos. Por isso o Presidente da Câmara continue por esse caminho, comunicar com os presidentes de junta, ajude os presidentes de juntas a resolver os seus problemas, pois ao ajudarem os presidentes de juntas estão a ajudar as suas populações. Só assim se faz uma política séria, transparente e atractiva.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, se o Presidente da Assembleia o permitir, fará um enquadramento geral das quatro propostas, relativas a impostos municipais, que a Câmara Municipal traz à apreciação desta Assembleia, ficando depois, naturalmente ao dispor, para caso a caso, debater cada uma das propostas.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** colocou a sugestão do Presidente da Câmara à consideração da Assembleia, não tendo adivido nenhuma objecção na sugestão do Presidente da Câmara.-----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara afirmar que estas quatro propostas só têm duas alterações, relativamente ao que foi aprovado, no ano transacto.-----

Relativamente aos Direitos de Passagem e à participação varável do IRS não há alterações. -----

Em relação ao IMI há apenas alteração, que já aqui falou, de acrescentar, propondo-se uma redução de 20% para os imóveis para habitação, que sejam titulares de contrato de arrendamento.-----

E em relação a esta proposta da Derrama, mantêm-se, exatamente, os mesmos pressupostos, exceto na clarificação de um aspeto que é um problema da Lei e que

tem a ver com os estabelecimentos comerciais ou empresas que têm facturação abaixo dos cento e cinquenta mil euros, que se quer isentar do pagamento de Derrama. -----

Afirmou que a Lei não prevê isenção, a Lei obriga esta Assembleia a fixar uma taxa, e a taxa zero que equivaleria à isenção não entra no sistema das finanças. A Autoridade Tributária não aceita que se insira uma taxa zero. E portanto, está proposto que se coloque uma taxa 0,01%, que é o valor mínimo que a aplicação da autoridade tributária permite, mas que corresponde, na prática, à isenção. Dado que a dar um valor de cobrança de derrama, será um valor insignificante. -----

Afirmou que, com estas duas alterações, mantêm-se, genericamente, a proposta de impostos municipais, que está em vigor, e que se entende que responde àquilo que são as necessidades do Concelho de Lamego. Porque não subcarrega demasiadamente as famílias e as empresas, e permite, por outro lado, com que a Câmara continue a manter uma receita fiscal, que será muito necessária para fazer frente, quer aos investimentos que se necessita para as nossas infra-estruturas e equipamentos a funcionar, quer ao apoio social, que ora avante, será necessário reforçar junto da população. -----

Por esse motivo, pede que as quatro propostas sejam aprovadas, mas em concreto esta da derrama. -----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que, já que se vai discutir estes quatro pontos em conjunto, vai já fazer a abordagem dos dois primeiros. É o posicionamento do grupo municipal do partido Socialista, em concordância com aquilo que é a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, por aquilo que foi aprovado no próprio executivo. Portanto, o partido Socialista subscreve, por completo, aquilo que foi dito, principalmente, a Derrama, tal e qual como a taxa da Fixação de Direitos de Passagem, para aquilo que é o exercício 20/23.-----

Em relação aos outros dois pontos a seguir, IMI e IRS, já existe aqui alguma discordância. Reconhece que houve, de facto, aqui, há aqui uma parte da proposta, que vai no sentido de ter em atenção, algumas situações específicas. Na questão dos arrendamentos disse que não tem discordância sobre esse princípio. O que acontece a que, a situação que se está a atravessar e mesmos os próprios valores, são afetos à questão do número de dependentes. A questão que se coloca aqui é que se está a atravessar uma fase, as dificuldades que aqui já foram colocadas e indicadas, até de uma forma , perfeitamente, global,. Aquilo que lhe parece, mesmo não colocando, porque não se deve colocar, logicamente aquilo que é um princípio das próprias receitas do Município em causa. Mas devia-se dar um sinal um bocadinho mais além.

Afirmou que se vai atravessar uma fase em que, efetivamente, as pessoas vão necessitar mais do que nunca do apoio de quem as representa. É isso que as pessoas esperam de todos os membros da Assembleia Municipal. Que haja um apoio de quem os estejam a representar.-----

Cabe a cada um dos membros da Assembleia tomar esse conjunto de decisões. Bem sabe que vão dizer se se fizer uma redução pontual, em relação a alguns impostos, fala do IMI e do IRS, logicamente que vão dizer que isso vai implicar uma diminuição da receita, por parte do Município, isto é verdade. Se se dissesse aqui o contrário, estar-se-ia a mentir.-----

Mas também há um facto, há aqui duas situações que têm que ser colocadas em cima da mesa: primeiro, também é dito que, logicamente a situação do Município, agora, mesmo a nível financeiro, não está tão difícil quanto isso. Tem se visto aqui um conjunto de apresentações, vai-se gastar-se milhões aqui, milhões acolá, óptimo, fica contente. E depois as coisas são feitas por opção, isto sim, é uma opção política. Porque aquilo que se vai aqui decidir hoje, é dizer lá fora, às pessoas, se se tiver em atenção reduzir nominalmente, um determinado imposto que está sobre a capacidade dos membros da Assembleia decidir ou se mantém como é apresentado nesta proposta. -----

Portanto, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia e Presidente da Câmara, o posicionamento do grupo municipal do partido Socialista, será o seguinte: Porque, logicamente, se houver essa alteração, estarão disponíveis, não havendo alteração, votar o documento tal como ele está, não estão disponíveis para criar, para não facilitar um pouco mais a vida a vida dos lamecenses. -----

Assim, em relação aos dois últimos pontos, o posicionamento do partido Socialista, será muito simples, irão votar contra, porque defendem, que é uma questão de opção, e defendem que, neste momento, essa opção deve estar por parte de ajudar-se os próximos, ajudar 's próximos, é, claramente, permitir que as pessoas não tenham ainda uma redução maior, daquilo que são os seus próprios rendimentos. -----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz**, para cumprimentar todos os presentes nesta sala, os sandinos que estão aqui presentes e aqueles que assistem através das redes sociais.-----

Disse que, ouvindo aqui o membro Pedro Torres, quem o ouvir pensa que estão aqui uma grande diferença, sobretudo no IMI. Pois a proposta que foi feita pelo partido Socialista na reunião de Câmara, era uma redução de aproximadamente de cem mil euros, ou seja de quinze euros por família. Isto é, a diferença num património de cem mil euros, a diferença que o partido Socialista ponha, para menos, era apenas quinze euros. Perguntou porque é que o partido Socialista, não vai aprovar esta proposta, por uma diferença de quinze euros, num valor patrimonial de cem mil euros. Se calhar não gosta desta parte social que está na proposta, é preciso de dizer às pessoas.-----

Redução de 20% para os prédios arrendados, redução de 30% dos prédios de interesse público. Mas muito que isso, redução fixa a pagar, menos de 20% diretos, para quem tenha um dependente; quarenta euros diretos, para quem tiver dois dependentes, e, para quem tenha três ou mais setenta euros. Perguntou ao membro Pedro Torres se sabia quanto isto responde à taxa. Assim uma pessoa que tenha dois

filhos e que tenha este património de cem mil euros, vai pagar menos quarenta euros, vai pagar trezentos e vinte e cinco euros. Se essa pessoa tiver três filhos, vai pagar duzentos e noventa e cinco euros.-----

Perguntou se é ou não é, uma proposta justa, equilibrada e mais social. Não percebe porque é que o partido Socialista não vota esta proposta. É estranho, porque é uma proposta justa, equilibrada e vai ao encontro dos agregados familiares com mais pessoas. -----

Disse que não vê aqui o partido Socialista, se uma questão só política, pois, normalmente, foi sempre contra os impostos municipais. -----

Relativamente à fixação da varável do IRS, para o ano de 2023, está-se na mesma situação, o partido Socialista põe apenas meio por cento, só para dizer que quer menos. Mas estas propostas, pelo que ouviu, são, exatamente aquelas que o partido Socialista tinha apresentado anteriormente. Portanto é uma questão de birra política.---

Era bom que o partido Socialista esquecesse esta birra política e votasse documentos que são justos, que são corretos, que vêm ao encontro das famílias mais numerosas.

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer que vai votar a contra o ponto 3.12., por que é contra a redução de 20% de arrendamentos, pois toda a gente que nos arrendamentos, nos poucos contratos que existem, quase todos eles, arrendatários levam a mais que no contrato.-----

No ponto 3.13, vai votar também contra. O Município devia ajudar e auxiliar as famílias com esta pequena ajuda. O Presidente e este Município são uns verdadeiros Robim dos Bosques, só que é ao contrário. Pela crise porque se está a passar, todas as ajudas às famílias seriam bem-vindas.-----

Usou da palavra o membro **Samuel Martins** para dizer que, visto que se está a discutir estes quatro pontos em conjunto, fica já como declaração de voto, da CDU no ponto 3.13, que a CDU entende que a proposta da fixação da taxa variável de IRS é ou nula para os rendimentos mais baixos ou irrelevante para os rendimentos médios.

Beneficiando assim os salários mais altos, indo contra o que a CDU considera a necessária redistribuição da riqueza.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para responder ao membro Constantino Vaz fez e disse, porque das duas uma, ou não ouviu ou então trouxe algum tipo de informação já pré feita. Disse que tem que dizer isto pelos nomes que são, isto soa quase a cartilha, porque foi, exatamente, a mesma coisa que disse o Presidente da Câmara na reunião de Câmara. E portanto, a cartilha já vinha preparada, independentemente, daquilo que dissesse. Ora como não disse nada daquilo que o membro Constantino Vaz falou, alias, muito pelo contrário, pois até começar Por dizer que até que concordava, um conjunto de medidas de apoio social, que foram introduzidas. Disse que ia repetir isto, em português corrente, aquilo que o partido Socialista defende, a que se devia ir um pouco mais além. Bem sabe e também regista, que para o membro Constantino Vaz não será muito, mas para muita gente é,

nos dias que correm é, sejam dez euros, sejam quinze euros, é uma ajuda que se está a dar diretamente para ao bolso das pessoas. Compete aos membros da Assembleia ajudar as pessoas. -----

Nem toda a gente, logicamente, tem grandes rendimentos, nem toda a gente tem grande capacidade. E portanto, aquilo que, claramente, lhe parece, ninguém falou contra as medidas que estavam aqui plasmadas, não o ouviram dizer uma única palavra que fosse em relação a essas medidas. O que diz é que não pode votar o documento como está, porque o partido Socialista quer ir mais além. -----

E também deixou outro registo, ele nunca mudou de opinião, que ele saiba, sempre se pronunciou nesta Assembleia e sempre se pautou, não o ouviram noutros fóruns fazer e dizer outra coisa diferente. -----

Portanto, não vale a pena vir-se para aqui, cartilhados, com a indicação do que quer que seja, e depois estar-se a passar aquilo que é uma inverdade.-----

Portanto isso, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia, pede imensa desculpa, não poderia deixar passar, porque acha que foi claro, preciso e conciso. -----

Tomou a palavra o membro **Vitor Santos**, começando por agradecer à Presidente da Junta de Freguesia de Sande, o facto de ter recebido esta Assembleia tão bem, cumprimentar todos os presentes e aqueles que seguem esta sessão pelas redes sociais. -----

Em relação a estas questões e para que não restem dúvidas, o grupo municipal do partido Socialista, todos os seus elementos, concordam com a redução, com o apoio social, de 20% associado ao IMI, para situações em que haja os arrendamentos, concorda com a redução nos casos, de haver um, dois ou mais filhos, respetivamente, 20 euros, quarenta euros ou setenta euros, concordam com isso tudo. E nunca foram contra isso. Até porque também, essa é uma medida que quase todos os municípios aplicam e bem.-----

Portanto, será mais um município a aplicar. A única coisa, neste momento difícil, está-se aqui a ponderar e considerando a atual situação financeira do Município de Lamego, uma situação estável, solvente, e considerando o esforço que se impõe sobre as famílias, neste momento, o grupo municipal do partido Socialista é contra, de não haver uma oportunidade de uma redução da taxa de IMI, consideram que era possível, uma redução para, nomeadamente, para 0.35%, até porque a média nacional está no 0.329%, portanto, que saibamos nos, em termos de rendimento, estamos um bocadinho abaixo da média nacional. -----

Interveio o membro **Constantino Vaz**, para dizer que quer acrescentar mais e responder ao membro Pedro Torres que aqui afirmou, não anda com cartilha de ninguém, nunca andou nem anda. Não partilhou a sua intervenção, apenas pegou nos documentos e analisou, apenas e só isso. -----

Disse que ao analisá-los e vendo a exposição do partido Socialista, dos vereadores, na reunião de Câmara, quer dizer que, um documento que reduz em 20% para prédios

arrendados, incentiva ao arrendamento, reduz ao valor fixo a pagar diretamente, 20 euros, para um casal que tinha um filho. O que quer dizer que, se a pessoa, dos tais cem mil euros, em vez de pagar trezentos e sessenta e cinco euros, vai pagar trezentos e quarenta e cinco euros. Já vai pagar menos que aquela taxa que o partido Socialista propõe e que não votar este documento. -----

Para quem dois filhos, há um abatimento direto de quarenta euros, e para três ou mais filhos, há um abatimento de setenta euros. Perguntou se é ou não é uma proposta equilibrada, que vai ao encontro dos grandes agregados familiares.-----

Portanto, quando o partido Socialista não vê, o que o cidadão vai pagar a menos, e todos aqueles, que têm as tais dificuldades sociais, agregados com mais pessoas, neste caso, com mais filhos, têm uma redução direta. -----

Disse que, neste documento e como noutros anteriores, a Câmara que a coligação “Somos Lamego” apoia, tem tido um papel importantíssimo, no aspeto social, veja-se agora, no caso do enxoval bebé. Disse que a situação da Câmara, a nível financeiro é a mesma de há quatro anos, pois não há vontade política do Partido Socialista, tem-se visto noutros mandatos, tudo aquilo que mexe com impostos, houve alturas que se chegavam a acordo na Câmara e depois na Assembleia votaram contra, não tiveram a coragem. Disse que há aqui um mau estar do partido Socialista, e agora por quinze euros, torna-se, efetivamente e apenas uma questão política, não é uma questão de seriedade política.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim**, para pedir desculpa a Presidente de Junta de Freguesia de Sande, por há pouco não a ter referido e cumprimenta-la. Fá-lo agora.-----

Disse que os impostos é talvez das matérias mais difíceis, que se tem para debater, porque ninguém quer pagar impostos. Isto é uma realidade, constata isso pela sua vida profissional. -----

Mas se bem sabem todos, grande parte das receitas do Estado, é por via dos impostos, há duas coisas na vida para quem nasce, tem certo, pagar impostos e um dia irá partir desta terra. -----

Disse que não se vai pronunciar sobre todos os impostos, porque há uma coisa, que vive e defende na sua área. Quanto muito pode-se discutir as taxas. Porque os impostos, têm que ser. As taxas sim, essas podem ser discutidas, mas há um imposto que ele é contra. Por isso vai dar aqui a sua opinião, que é a Derrama.-----

A derrama municipal, é o imposto mais estúpido que ele conhece fiscalmente. Explicando, disse que é um imposto enganador. Dando um exemplo, quem é que paga mais derrama? Uma empresa que se fica acima dos cento e cinquenta mil euros ou uma empresa que fica abaixo dos cento e cinquenta mil euros? Pode dizer de fonte segura, que há empresas a pagar, que fica na taxa 0,1% a pagar mais derrama, dos que estão a pagar na taxa de 1,5%. *portanto é um imposto injusto. Não concorda com ele. Claro que o Presidente não tem culpa disto, a Lei permite, e é legítimo. Mas ele

tem direito à sua opinião, é contra a derrama. A derrama não traz justiça nenhuma às empresas, muito pelo contrário.-----

Por outro lado, quer deixar uma sugestão ao Presidente da Câmara, para o ano, porque este ano já não há nada a fazer. Disse o Presidente da Câmara e bem, a Autoridade Tributária não permite taxa zero, é verdade, também, não permite declarações de IRS a zero, pura e simplesmente não são submetidas. Mas há formas de se controlar as coisas. Se se ler o ofício circulado, onde estão esplanadas as taxas, da derrama, 00,1% encontram muito poucas, no distrito de Viseu, se não lhe falha a memória, são três ou quatro camaras que a aplicam. Há isenção e como o fazer. Deixa aqui a sua sugestão, para se, for possível, para o ano ver atividades com um cae x. Pois, só vai votar a favor para não ser acusado de ser contra o executivo, que não o é, mas tinha que dar a sua opinião. Este imposto é inútil.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer se o cobrador de impostos for Robim dos Bosques, se retirar a quem tem mais, para dar a quem não tem, estará a cumprir bem o a seu papel. -----

Quando com o IMI retirar-se um pouco a quem tem património. Ou com o IRS tira-se um pouco a quem tem um vencimento, rendimento fixo, para dar a quem não tem património, ou não tem trabalho, estamos a cumprir a nossa função. O problema que acha que todos sentem, é que se está também a tirar, quem mesmo tendo património, mesmo tendo salário não rico, não tem muito. Mas a regra essa e seria também injusto não distinguir-se entre quem tem algum património, que tem algum rendimento e quem não tem nada.-----

Aliás, recorda aqui que o partido Socialista, em 2017, propôs uma descida de taxas e em 2018 tentou subi-las. Só foi impedido pela maioria, que então, vigorava na Assembleia Municipal, não lhe era favorável. Portanto é fácil falar quando se está na oposição, é completamente, diferente quando se está a gerir. Porque não se tenha ilusões, dirigindo-se ao membro Pedro Torres disse-lhe que o que vai desgraçar a vida dos cidadãos, não são estes impostos que se estão aqui a definir. É a inflação nos bens alimentares, nos bens de consumo de toda a natureza, nos combustíveis, na energia. Essa é que vai ser a grande dificuldade das famílias. -----

Nas taxas de juro, as taxas de juro, que afetam a prestação da casa, do automóvel ou outros créditos pessoais, que todos têm. A carga fiscal elevadíssima, só no IVA está-se a falar de milhares de milhões de euros de receita adicional, que o Governo está a cobrar, e que devia de devolver às famílias. -----

O não aumento dos salários acima da inflação, vão todos perder poder de compra. E ainda por cima, o anunciado corte nas pensões, a partir de 2023, que vai ser desastroso, para a maioria da população portuguesa, concretamente a população idosa.-----

Ou seja, o que se tem, é um problema que depende de medidas de política governamental, e não, infelizmente, da atuação deste executivo, desta Assembleia, se não estar-se-ia aqui a discutir essas medidas e a resolver o problema das pessoas.----

Relativamente à derrama, como disse o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, todos sabem que há muitas empresas de grande dimensão, que não pagam derrama. Mas não pagam derrama, porque não pagam IRC. Mais uma vez, é um problema de controlo de um imposto estatual e não da nossa derrama. -----

De qualquer forma, não pode considerar a derrama um imposto inútil, há muitas empresas que têm instalações, têm atividade, têm negócio neste Concelho, mas tem a sede noutra Concelho e que pagam aqui uma pequena proporção da derrama a que estão sujeitos. E portanto, também não se pode desprezar esse contributo destas empresas. -----

No que concerne à taxa do IRS, quer dizer ao membro Samuel Martins da CDU, que concorda, inteiramente, com aquilo que diz. Se se vivesse num país, que não fosse o país mas centralista da Europa, onde a capacidade autonomia das autarquias é diminuta, estar-se-ia aqui a decidir, como se entendesse. Sobre a participação variável do IRS. E poder-se-ia dizer, que quem ganhar abaixo do salário mínimo ou abaixo do salário médio, não teria que pagar a participação do IRS. Em quem tivesse salários acima de um determinado montante, trinta mil e quinhentos euros, quatro mil euros, o que fosse, então pagaria os 5% do IRS. -----

Acontece que os municípios não têm essa capacidade, o governo dá os pequenos presentes envenenados, de se discutir aqui os cêntimos, que se podem dar ou tirar, aos cidadãos, não permiti decidir aqui, aquilo que é relevante, seja em termos fiscais, seja em termos das outras competências, que há aqui foram referidas e que hoje estão a ser transferidas, e que são relevantes. Assim e dentro daquilo que é a limitação dos municípios em matéria fiscal, está-se a propor, taxas que são equilibradas, Sendo que as taxas no Município de Lamego são, tradicionalmente, altas. Porque, até por comparação com os municípios vizinhos, têm menos capacidade fiscal autónoma, têm menos dinâmica económica, nalgumas áreas relevantes, conseguir-se manter equilíbrios sub-regionais, que diria que são relevantes. Portanto as taxas que se propõem, são, absolutamente, aceitáveis e suportáveis, pelos cidadãos, que apesar de não serem ricos, têm algum património, algum rendimento, e contribuirão de boa vontade, para que o equilíbrio das contas municipais e apoio social, que se dá aos mais desfavorecidos possa fazer. -----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira**, para dizer que vai começar com aquilo que o Presidente da Câmara disse há pouco, na questão dos municípios, apenas terem a possibilidade de conseguir, ter a decisão em algumas matérias, mas com valores reduzidos, isso só há uma forma de resolver, regionalização. Mas isto será matéria para outra altura.-----

Mas em relação ao IMI e para que não haja dúvidas, quer no executivo e quer aqui, em grupo municipal, o partido Socialista nunca esteve contra as reduções que estão aí enunciadas, nomeadamente a questão dos 20%, que tanto foi aqui referido, para os prédios arrendados. Isso, são dinâmicas que o partido Socialista concorda, é a tal proteção social. O que o partido Socialista não concorda, e acha que é possível ir mais além, tem a ver com a taxa geral do IMI.-----

E aproveitando esta questão dos prédios arrendados, e já aqui foi discutido, de facto, existem falta de camas neste Município, nomeadamente, até, devido, ao crescimento do ensino superior, o que é muito bom para este Concelho. Contudo, lança aqui um repto, para reflexão quer para o executivo e para esta Assembleia Municipal, é de facto, ter-se aqui uma estratégia de futuro, para se conseguir catapultar esses investimentos em requalificação urbana.-----

Afirmou que aqui há duas matérias, há a requalificação urbana que pode ser feita pelo Município, aqui quer acreditar, plenamente, que a senhora Ministra da Coesão Territorial, traga boas notícias, proximamente, de forma a se poder ter aqui novamente um novo PEDU. Mas outra coisa tem a ver com a questão da requalificação privada. Disse que aqui até era mais atrevido, lança este repto. Porque Lamego tem bastantes investidores, que por vezes, não conseguem ter os processos “facilitados”. Existem várias reduções, que foram, inclusivamente, anunciadas nesse documento, mas por burocracia, conhece na realidade própria, não é só aqui, é em muitos municípios. Acha que devia ser “facilitado”, passe a expressão, ou seja, existir aqui um apoio mais efetivo, a quem quer investir, saber a possibilidade e ter um levantamento daquilo que é o edificado degradado e na qual pode existir esse investimento. Porque se não se fizer esse trabalho, se se está à espera que sejam as pessoas a terem de vir a Lamego, a fazerem isso, não se vai sair daqui. Este é um bom exemplo que deixa à reflexão. -----

Outra questão tem a ver com as freguesias. Perguntou aos membros da Assembleia se não concordam que deveria existir um incentivo diferenciado nas freguesias. Se se quer, realmente, o crescimento daquilo que são os produtores endógenos, daquilo que são os produtos de referência, há aldeias cada vez mais desertificadas, como é que se vai combater isso? Deixa à reflexão e acha, sinceramente, que se devia pensar numa estratégia futura, de tentar atrair investimento, para as freguesias rurais. Numa perspetiva diferente, que criasse, realmente, alguma dinâmica, porque não existe neste momento.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder a duas questões que o membro Romeu Sequeira referiu. Claro que a requalificação urbana que o Município promove, incide, essencialmente, no espaço público e em imóveis propriedades do Município, que são, normalmente, afetos a serviços, ou são monumentos e são afetos à atividade turística e não à habitação.-----

Excluindo a residência de estudantes e o projeto que decorrerá da estratégia local de habitação, para a construção de 106 fogos em Lamego, e o apoio a 30 fogos, de pessoas com carências financeiras, mas que tenham casa própria e permanente, que possa ser reabilitada. Só existe um instrumento, que pode, efetivamente, conceder incentivos e apoios fiscais à reabilitação. São as Aru's, que o anterior executivo deixou caducar em 2018, e que nada fez para relançar.-----

Está-se, neste momento, a voltar a definir, novas Aru's, que quer que também abranjam, se for legalmente possível, os principais centros urbanos, das freguesias, para que, pelo menos, o IVA à taxa reduzida, são 17% no custo de construção. Mais a redução de taxas e licenças municipais, possam ser um incentivo, a que tem património, ou meios financeiro ou crédito bancário para fazer a sua reabilitação, e o Município possa dar este incentivo, de forma célere. Agora, sem instrumento legal que suporte, nomeadamente, a comissão das Aru's, tal não é possível. -----

3.10. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, RECEITA A COBRAR EM 2023

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, bem como na alínea c) do artigo 14º e no artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal: -----

1- O lançamento, em 2023, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gerado no Município de Lamego, para os sujeitos passivos comum volume de negócios superior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros); 2- Considerando que a Lei não prevê a isenção e a plataforma da Autoridade Tributária não admite taxa 0%, propõe-se a taxa de Derrama Reduzida máxima de 0,01% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei citada anteriormente. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

3.11. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1- A publicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, nomeadamente no que dispõe o n.º 2 do artigo 106º, prevê a criação de uma taxa municipal de direitos de passagem,

relativa ao atravessamento do espaço de cada concelho de cabos que servem as comunicações telefónicas e que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o valor das faturas emitidas pelas empresas que fornecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para clientes finais na área de cada município.-----

2- Em 03 de setembro, foi publicada a Lei n.º 127/2015, que altera o artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de julho, pelos Decretos-Lei n.ºs 123/2009, de 21 de maio e 258/2009, de 25 de setembro, pelas Leis n.ºs 46/2011, de 24 de junho, 51/2011, de 13 de setembro, 10/2013, de 28 de janeiro, 42/2013, de 3 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 35/2014, de 7 de março, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, passando os municípios a cobrar diretamente um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em vez de cobrar sobre cada fatura emitida aos clientes. Refere ainda, o mesmo artigo, que foi criado a taxa municipal de direitos de passagem, vulgarmente conhecida por TMDP, a qual obedece aos seguintes princípios de acordo com a nova redação:-----

a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município”-----

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%-----

Face ao exposto, propondo à Câmara Municipal:-----

1. Que seja aprovada para o ano 2023 a TMDP com base na aplicação de um percentual de 0,25% sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, nos termos da republicação do art.º 106.º do diploma anteriormente citado; -----

2. Que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.12. ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTYO MUNIICPAL SOBRE IMÓVEIS A VIGORAR PARA 2022 E A COBRAR EM 2023-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para vigorar no ano de 2022 com efeitos na liquidação que será feita em 2023:-----

1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,365% para os prédios urbanos e 0,8% para os prédios rústicos nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);-----

2. Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 8 e 12 do artigo 112º do CIMI, respetivamente:-----

a) A majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados para os quais a Camara Municipal de Lamego tenha intimado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ou melhoria do arranjo estético, ao abrigo do n.º 2 do artigo 89º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, ou do artigo 55º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação atual, enquanto não forem concluídas, por motivos alheios ao Município de Lamego, as obras intimadas; -----

b) A redução de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor: -----

c) A redução de 20% da taxa que vigorar de IMI, para os prédios que se encontram arrendados, de forma a aumentar a disponibilidade de habitações no mercado de arrendamento. -----

O imóvel terá que possuir contrato de arrendamento válido (registado no Serviço de Finanças da área do prédio e válido para o ano do benefício pretendido); - Estiver afeto a “habitação” (devidamente registado na Caderneta Predial);-----

O contrato de arrendamento se destinar exclusivamente a fins habitacionais.-----

3 - Fixar uma dedução fixa ao IMI, n.º 1º do artigo 112-Aº do mesmo diploma, à taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do CIRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro:-----

a) 1 Dependente: 20€; -----

b) 2 Dependente: 40€;-----

c) 3 Ou mais dependentes: 70€.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor e treze votos contra.-----

3.13. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS DE 2023, RECEITA A ARRECADAR EM 2024--
Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que,-----

I. De acordo com a alínea g) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, constitui receita dos Municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes, da mesma Lei; -----

II. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25º e do n.º 1 do artigo 26º, ambos do referido diploma legal, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5%, no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS;-----

III. Esta participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.-----

Face ao exposto, propondo ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º- do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação de uma participação de 4% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2023, nos termos previstos na alínea c) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”-----

Deliberação Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor, doze votos contra e uma abstenção.-----

3.14. ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA MINUTA DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E AS JUNTAS DE FREGUESIA, DURANTE O ANO LETIVO 2022/2023 -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta dos contratos interadministrativos de delegação de competências para a realização de transporte escolar, a celebrar entre o Município de Lamego e as Juntas de Freguesia abaixo discriminadas, a vigorar durante o ano letivo 2022/2023. O encargo para o ano letivo 2022/2023 é de 147.394,08€, repartido da seguinte forma:-----

Juntas/União de Freguesia(s)	2022	2023	Total
Freguesia de Briãnde a)	4 885,51 €	9 771,01 €	14 656,52 €
Freguesia de Ferreirim b)	3 738,00 €	7 476,00 €	11 214,00 €
Freguesia de Figueira c)	2 973,79 €	5 947,57 €	8 921,36 €
Freguesia de Lalim d)	5 000,00 €	10 000,00 €	15 000,00 €
Freguesia de Lazarim e)	2 848,00 €	5 696,00 €	8 544,00 €
Freguesia de Várzea de Abrunhais f)	2 670,00 €	5 340,00 €	8 010,00 €
União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca g)	11 682,73 €	23 365,47 €	35 048,20 €
União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções h)	15 333,33 €	30 666,67 €	46 000,00 €
Total	49 131,36 €	98 262,72 €	147 394,08 €

a) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Briãnde para o Centro Escolar Lamego-Sudeste e transporte dos alunos residentes na localidade de Bairral para as Escolas Secundárias Latino Coelho e Sé. -----

b) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Ferreirim para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----

c) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Figueira para o Centro Escolar Lamego-Sudeste. -----

d) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Lalim para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----

e) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Lazarim para o Centro Escolar Lamego-Sudeste-----

f) Transporte dos alunos residentes na freguesia de Várzea de Abrunhais para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----

g) Transporte dos alunos residentes nas freguesias de Bigorne, Magueija, Penude, Pretarouca e Vila Nova de Souto D`El Rei para o Centro Escolar Lamego-Sul.-----

h) Transporte dos alunos residentes nas freguesias de Cepões, Meijinhos, Melções, Parada do Bispo e Valdigem para o Centro Escolar Lamego-Sudeste.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que, o transporte de proximidade assegurado pelas juntas de freguesia é muito relevante para a qualidade de vida das crianças, especialmente as crianças dos jardins-de-infância, que frequentam os centros escolares, que são fora da sede de Concelho, mas também, para as demais, que são transportadas para os centros escolares n.º 1 e n.º 2, pelas juntas de freguesia.-----

É uma prática que se mantém desde o início do processo de encerramento das escolas de 1.º ciclo, m há cerca de 15, 16 anos, e que tem dado bons resultados. -----

Todos sabem que os custos de transportes estão a aumentar, por foça do aumento da mão-de-obra, e também, do custo dos combustíveis e da manutenção das viaturas. ----

Para se ser justo na apreciação do valor a propor a cada uma das juntas de freguesia, pediu-se à empresa que nos dá consultadoria na área dos transportes, que calculasse alguns escalões de custo, para transportes realizados pelas juntas de freguesia, utilizando carrinhas e mini autocarros, no nosso contexto rural. E chegou-se a dois valores, um valor mínimo de um euro e meio por km, ou no limite, um euro e setenta e nove por km. -----

O exercício que se fez e que foi proposto aos presidentes de junta, foi que, nenhuma freguesia teia um aumento inferior a 10%, de 2021 para 2022. Portanto, sempre que a aplicação da tarifa mínima de um euro e meio por km resultasse num aumento inferior a 10%, seria corrigido para 10%. Quando, ainda que com uma majoração de 10%, o valor não fosse atingido, passaria para o escalão seguinte, de um euro e setenta e nove por km. -----

Em algumas situações, em concreto, o valor foi acordado por negociação, diga-se que, arredondado, para o valor aproximado a 10%. Resulta assim, um valor de cento e quarenta e sete mil euros de protocolos, similar ou que compara com mais 10% relativamente aos cento e trinta um mil euros do protocolo do ano passado.-----

Recordou que estes valores são calculados para um preço normal por km e que no caso das juntas de freguesia, os transportes são executados com carrinhas, viaturas que foram apoiadas na sua aquisição pelo Município, e com funcionários, que já são funcionários das juntas de freguesia, que acumulam a atividade de transportes com outras atividades. Portanto, entende que, estes valores respondem às dificuldades que as juntas de freguesia tinham manifestado com os valores que estavam patentes no protocolo do ano passado. E, serão reavaliados. Se, efetivamente, os preços dos combustíveis não tenderem para a normalização, o que acha, pelas últimas notícias, não irá acontecer.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

3.15- **ASSUNTO:** ELEIÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE LAMEGO (CPCJ), DE ACORDO COM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 17.º, DA LEI 147/99, DE 1 DE SETEMBRO-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar nota à Assembleia Municipal, que no dia 22 de julho de 2022, por e-mail, a Dra. Catarina Ribeiro renunciou à função de comissária de membro da CPCJ de Lamego. E portanto, esta Assembleia tem que eleger, é isso que, efetivamente ela e foi nesse sentido que a própria CPCJ contactou a Assembleia Municipal, tem que se eleger um cidadão para integrar a CPCJ em representação da Assembleia Municipal. E por isso, obriga agora um período, a um cidadão eleitor, tem que ser um cidadão eleitor em Lamego. Disse que iria abrir um período de cinco minutos, para que os grupos municipais possam fazer chegar à Mesa as propostas que, eventualmente tenham para esta representação.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que o grupo municipal do partido Socialista não irá apresentar qualquer nome.-----

Permita-lhe, para que desta forma dar outra nota, a pessoa em causa, foi-lhe, previamente, apresentada pelo líder do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, teve essa amabilidade. É nome que o deixa, perfeitamente, confortável, logicamente, uma lamecense, alguém que conhece desde há muitos anos. E se calhar só não houve aqui uma proposta em conjunto, porque se calhar antes do convite ter sido formalizado, uns dias antes se tivessem falado, provavelmente, estar-se-ia a falar de uma proposta em conjunto.-----

Sendo certo que também desde já, o diz, no seu caso pessoal, porque se trata de pessoas, indica desde já, a sua intenção, pois já teve a oportunidade de transmitir em primeira mão ao membro José Manuel Correia, o seu voto será favorável. Sendo certo que, deixando a liberdade de voto ao seu grupo municipal, estará certo que a CPCJ estará muito bem entregue ao nome que foi indicado.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos**, dizer que gostava de saber qual é pessoa, pela coligação “Somos Lamego” e qual o seu curriculum.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia**, começando por agradecer, de alguma forma, as palavras do membro Pedro Torres, no sentido de que, realmente, conversaram pela pertinência e pelo facto, de poder o nome de consenso, estabeleceram um primeiro contacto, nesse sentido, fica satisfeito, que a proposta, pelo menos em termos pessoais, pois foi aqui dito, pelo membro Pedro Torres, possa ser uma boa proposta, esperando que a proposta por ser acolhida pelos restantes membros da Assembleia.-----

Quanto ao nome, como é evidente, vai passar a informação ao Presidente da Assembleia e há-de ser ele a propor e a dizer o nome. E já agora, se se tiver algumas linhas, alguma informação de uma nota biográfica, com certeza que ele poderá dizer.

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para informar que deu entrada na Mesa, uma proposta de designação do representante da Assembleia Municipal, junto da CPCJ de Lamego, que se transcreve na integra:-----

“O Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” apresenta para submeter a eleição,, no âmbito do ponto 3.15 da ordem de trabalho desta sessão ordinária, a cidadã eleitora Maria Eugénia Pereira Coutinho, com a seguinte breve nota curricular:

Maria Eugénia Martinha de Castro Pereira Coutinho;-----

Residente em Lamego;-----

Licenciada em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes do Porto;-----

Professora do Agrupamento de Escolas da Sé há mais de trinta anos;-----

Membro do Conselho Geral do Agrupamento durante doze anos, dos quais oito como Presidente;-----

Membro do Cem’Arte (Grupo de Teatro Amador do Agrupamento);-----

Co-autora de dois livros infantis;-----

Integra o Projeto TRanÇa há dez anos e, mais recentemente, a Associação Cultural Ordincea.-----

Assim, o Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” apresentou a eleitora Maria Eugénia Martinha de Castro Pereira Coutinho para a eleição de um cidadão, em virtude do pedido de substituição de um vogal eleito, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lamego, nos termos do disposto da alínea i) do artigo 17 da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.-----

Relativamente ao processo eleitoral, disse que os boletins foram, previamente, preparados com “sim” “não”, está-se a votar nomes de pessoas, não deveria ser assim, devia ser um boletim de voto de registo diferente. Assim vai-se fazer a votação da seguinte forma, no boletim que se vai distribuir em branco, o nome da candidata vai ter o nome abreviado Maria Eugénia, quem quiser votar coloca o nome da candidata, quem quiser abster-se ou votar nulo, pois os boletins são em branco.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que o membro Samuel Martins ausentou-se da sala, estiveram trinta e oito membro municipais a votar, tendo-se registado o seguinte resultado. Informou que se vai dar nota à CPCJ desta eleição, desejando à candidata eleita as melhores felicidades, no exercício do seu mandato.---

Deliberação: Foi submetida a proposta a sufrágio por voto secreto e nominativo. Tendo a proposta sido aprovada, com vinte e sete e nove votos favoráveis, cinco votos brancos quatro votos nulos.-----

4. ASSUNTO: 2.ºPERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que não havendo mais pontos desta ordem do dia, resta-lhe agradecer, uma vez mais, á Presidente da Junta de Freguesia de Sande, tão bem que acolheu na sua freguesia, a toda a equipa da Junta de Freguesia, que também esteve envolvida na organização desta sessão da Assembleia descentralizada, aos serviços do Município, e a todos aqueles que assistiram aqui, que assistiram em casa também. E um obrigado especial a todos os membros municipais, que são os que fazem esta Assembleia Municipal.-----

3.16- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.17- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às dezasseis horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

